

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MIRELA RIBEIRO KOSMINSKY

**A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL – ÍNDIA PÓS 1990:
HISTÓRICO E PERSPECTIVAS**

Porto Alegre

2014

MIRELA RIBEIRO KOSMINSKY

**A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL – ÍNDIA PÓS 1990:
HISTÓRICO E PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Angélica Hernandez Haffner

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Kosminsky, Mirela Ribeiro

A evolução das relações comerciais Brasil - Índia
pós 1990 : histórico e perspectivas / Mirela Ribeiro
Kosminsky. -- 2014.

61 f.

Orientador: Jacqueline Angélica Hernandez Haffner.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Brasil. 2. Índia. 3. Comércio internacional.
4. IBAS. 5. BRICS. I. Hernandez Haffner, Jacqueline
Angélica, orient. II. Título.

MIRELA RIBEIRO KOSMINSKY

**A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL – ÍNDIA PÓS 1990:
HISTÓRICO E PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2014.

Prof. Dra. Jacqueline Angélica Hernandez Haffner
UFRGS

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva
UFRGS

Prof. Dra. Sonia Maria Ranincheski
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de maneira mais ou menos próxima, estiveram envolvidos no desenvolvimento deste trabalho e que me apoiaram ao longo da graduação e, particularmente, neste desafiador ano de 2014.

Especialmente, agradeço aos meus pais, Gisele e Moisés, que desde cedo me estimularam a correr atrás dos meus sonhos e me deram todas as ferramentas para que isso fosse possível. Obrigada por encherem a minha infância de livros, por me ensinarem que o conhecimento é a única coisa que ninguém pode tirar de mim e por sempre acreditarem nas minhas escolhas. Obrigada pela liberdade, pela compreensão, pelo apoio e pela paciência. Obrigada por afastarem meus medos, por rirem das minhas besteiras e por relevarem meus rompantes. Obrigada pelo carinho, pela presença constante, por essa família incrível que a gente tem – eu não seria nada sem vocês.

Aos meus amigos, meus verdadeiros irmãos de outras mães, agradeço por estarem sempre disponíveis para escutar os dramas relacionados a este trabalho (e também para me fazer esquecer dele quando necessário).

Agradeço também à professora Jacqueline Haffner, orientadora em todos os sentidos da palavra, que não só contribuiu com suas correções e sugestões desde o projeto de pesquisa, mas foi de uma organização imensa, sem a qual o caminho para escrever este trabalho teria sido muito mais tortuoso.

Por fim, agradeço à UFRGS por estes cinco anos incríveis, pelos mestres que encontrei, pelos amigos que fiz, pelas oportunidades que eu não esperava e, principalmente, por ter me transformado em quem eu sou hoje.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a evolução das relações comerciais entre Brasil e Índia, considerando o início da década de 1990 como ponto de inflexão neste relacionamento. Assim, a pesquisa contempla as respectivas aberturas econômicas dos dois países e seus impactos no relacionamento indo-brasileiro, levando em conta as mudanças no cenário internacional. A partir deste contexto, se analisam tantos os aspectos comerciais do relacionamento – especialmente no que diz respeito às missões comerciais realizadas nas décadas de 1990 e 2000 e à corrente de comércio entre os dois países no mesmo período – quanto os aspectos políticos – considerando-se iniciativas bilaterais e multilaterais que envolveram Brasil e Índia, como o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). Dessa forma, percebe-se que a partir das mudanças econômicas nos dois países e da nova conjuntura global, foi possível uma aproximação lenta e gradual entre os mesmos.

Palavras-chave: Brasil. Índia. Comércio internacional. IBAS. BRICS.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze the evolution of commercial relations between Brazil and India, considering the early 1990s as a turning point. Therefore, the research focuses on the respective liberating economics reforms in both countries and their impact on Indo-Brazilian relationship, considering the changes in the international scenario. From this context, this paper analyzes both commercial aspects of the relationship – especially regarding commercial missions in the decades of 1990 and 2000 and the bilateral trade between the two countries in this period – and political aspects – considering bilateral and multilateral initiatives involving Brazil and India, such as the Dialogue Forum India, Brazil and South Africa (IBSA). Thus, it is perceived that from the economic changes in both countries and the new global situation, a slow and gradual rapprochement was possible between them.

Keywords: Brazil. India. International commerce. IBSA. BRICS.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comércio entre Brasil e Índia (1990-1999) em US\$ FOB.....	30
Gráfico 2 – Saldo da Balança Comercial do Brasil em Relação à Índia (1990-1999) em US\$ FOB	34
Gráfico 3: Corrente de Comércio entre Brasil e Índia (1990-1999) em US\$ FOB.....	35
Gráfico 4 – Comércio entre Brasil e Índia (2000-2009) em US\$ FOB.....	36
Gráfico 5 – Saldo da Balança Comercial do Brasil em Relação à Índia (2000-2009) em US\$ FOB	37
Gráfico 6 – Corrente de Comércio entre Brasil e Índia (2000-2009) em US\$ FOB.....	38
Gráfico 7 – Corrente de Comércio entre Brasil e Índia (2000-2009) em US\$ FOB.....	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	ANTECEDENTES HISTÓRICOS: ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL E NA ÍNDIA	11
2.1	ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA.....	11
2.1.1	A Crise dos Anos 1980 e a Inflação no Brasil.....	11
2.1.2	A Ascensão do Liberalismo no Brasil	15
2.2	ABERTURA ECONÔMICA INDIANA	20
2.2.1	A Economia Indiana Pós Independência.....	21
2.2.2	As Reformas Econômicas dos Anos 1980 na Índia	25
3	APROXIMAÇÃO COMERCIAL ENTRE BRASIL E ÍNDIA.....	28
3.1	ESFORÇOS DE APROXIMAÇÃO ENTRE OS DOIS PAÍSES	28
3.2	ANÁLISE HISTÓRICA DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO ENTRE ÍNDIA E BRASIL	34
4	PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ÍNDIA	40
4.1	COOPERAÇÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E ÍNDIA	40
4.2	ASPECTOS MULTILATERAIS DO RELACIONAMENTO ENTRE BRASIL E ÍNDIA	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, com o fim da Guerra Fria e com a emergência de um mundo cada vez mais multipolar, observa-se um movimento das potências médias, como o Brasil, no sentido de diversificar seus parceiros estratégicos com o objetivo de minimizar vulnerabilidades sistêmicas e maximizar sua influência no sistema internacional. Nesse contexto, a cooperação Sul-Sul vem se tornando cada vez mais recorrente, uma vez que as chamadas potências emergentes passam a compartilhar objetivos e mecanismos para solução de problemas comuns. É neste âmbito que se dá a aproximação brasileira com a Índia, marcada também por uma mudança significativa do paradigma de inserção internacional dos dois países, a partir de uma série de reformas liberalizantes realizadas nas economias brasileira e indiana no início da década de 1990.

Assim, este trabalho se propõe a analisar a evolução das relações entre Brasil e Índia após a abertura comercial destes países, a partir de princípios da década de 1990, considerando aspectos comerciais e político-diplomáticos deste relacionamento, nos âmbitos bilateral e multilateral. Para isso, pretende-se levantar dados sobre as relações comerciais dos dois países nas últimas duas décadas, traçando um histórico das relações indo-brasileiras através da análise da pauta de exportações entre os dois países. No que tange à cooperação política, serão analisados acordos, tratados e comunicados conjuntos que permitem construir um histórico do relacionamento.

Tendo em vista a importância da busca de parceiros comerciais não tradicionais para o Brasil, bem como o reconhecimento do aspecto estratégico das relações indo-brasileiras por parte dos governos de ambos os países – o que fica explícito na criação de fóruns como o IBAS¹ e o BRICS² e na articulação no G-20 na Organização Mundial de Comércio (OMC) –, a escolha desta proposta de pesquisa se justifica pela crescente relevância das relações entre Brasil e Índia.

Em função da aproximação crescente dos dois países nos últimos anos, o presente trabalho tem como seu objetivo principal analisar a evolução das relações comerciais entre Brasil e Índia após as aberturas comerciais dos mesmos, associadas ao fim da Guerra Fria e ascensão de correntes neoliberais. Os objetivos secundários, como parte do estudo, são:

- a) analisar a evolução da pauta de exportações entre os dois países; e

¹ Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul

² Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

- b) examinar o interesse dos governos no avanço das relações comerciais entre Índia e Brasil.

Além disso, este trabalho também se propõe a expandir, no sentido temporal, esforços anteriores sobre as relações comerciais indo-brasileiras, contribuindo para a pesquisa na área.

A presente monografia trabalhará com a hipótese central de que houve uma aproximação nas relações bilaterais entre Brasil e Índia, especialmente no âmbito comercial, após a abertura dos dois países. Dentro do panorama geral a ser estudado, a pesquisa trabalhará com a hipótese específica de que aproximação nas relações comerciais entre Brasil e Índia pós 1990 se deve a uma mudança no paradigma de inserção internacional dos dois países, pautada pela ascensão de modelos neoliberais seguindo os preceitos do Consenso de Washington³.

Dado o objetivo geral proposto para este trabalho de pesquisa, qual seja, a análise das relações comerciais indo-brasileiras a partir da década de 1990, a metodologia utilizada será a pesquisa explicativa, uma vez que se pretende registrar, analisar e classificar os dados referentes ao comércio entre os dois países, tendo como preocupação central identificar seus fatores determinantes. Devido ao foco descritivo e analítico do estudo a ser desenvolvido, o método de abordagem a ser utilizado será a pesquisa qualitativa, uma vez que os dados serão descritivos com o objetivo de retratar o maior número possível de elementos existentes na realidade das relações comerciais indo-brasileiras após 1990.

Considerando-se que o aprofundamento das relações indo-brasileiras se dá em um momento de ruptura na conjuntura mundial, com o fim da Guerra Fria e a ascensão de correntes de pensamento neoliberais, os dois países mudaram seu paradigma de inserção internacional, buscando maximizar suas vantagens em um mercado global cada vez mais liberalizado. Nesse

³ Pereira (1991) afirma que “[...] existe, em Washington e mais amplamente nos países desenvolvidos da OECD, uma espécie de consenso sobre a natureza da crise latino-americana e sobre as reformas que são necessárias para superá-la.” (PEREIRA, 1991, p.5). O Consenso de Washington é decorrente da crise do consenso keynesianos e do surgimento de uma tendência neoliberal como teoria dominante, e identifica como causas da crise latino-americana dos anos 1980 um Estado inflado e protecionista e o populismo econômico. A partir dessas constatações, as reformas propostas deveriam combater o populismo econômico para atingir o equilíbrio fiscal e a estabilização da economia. Estruturalmente, a estratégia é baseada na redução do Estado, na liberalização do comércio internacional e na promoção das exportações. Segundo Williamson (1990), o primeiro economista a cunhar o termo Consenso de Washington, o mesmo seria constituído de 10 reformas: a) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária; d) taxas de juros positivas, determinadas pelo mercado; e) taxa de câmbio competitiva, também determinada pelo mercado; f) comércio liberalizado e orientado para o exterior; g) investimentos diretos sem restrições; h) privatização das empresas públicas; i) desregulamentação das atividades econômicas; j) direito de propriedade assegurado. (WILLIAMSON, 1990).

contexto, esta monografia pretende analisar a aproximação comercial entre Brasil e Índia sob a perspectiva histórica.

Para o desenvolvimento da pesquisa, o método escolhido foi o hermenêutico, com revisão bibliográfica e documental. As técnicas de coleta utilizadas foram a indireta documental, com pesquisa em fontes secundárias, e a documental, com pesquisa em fontes primárias como Resenhas de Política Externa, dados de institutos de pesquisa e documentos de arquivos públicos.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos, proporcionando o desenvolvimento de um raciocínio lógico. Além desta introdução, o segundo capítulo tem o propósito de contextualizar o estudo, trazendo uma breve revisão histórica dos processos que culminaram nas reformas econômicas liberalizantes observadas no Brasil e na Índia. O terceiro capítulo trata dos aspectos comerciais do relacionamento entre os dois países entre 1990 e 2009, enquanto o quarto capítulo se refere à análise das iniciativas de cooperação política – contemplando tanto o aspecto bilateral quanto a atuação em organismos multilaterais, notadamente no IBAS e no BRICS. Por fim, apresentam-se as considerações finais desta monografia.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL E NA ÍNDIA

Neste capítulo inicial, serão comentadas brevemente as mudanças nos fatores econômicos e políticos que possibilitaram a abertura das economias brasileira e indiana em princípios da década de 1990. Esta revisão histórica tem como objetivo contextualizar a situação dos dois países, servindo como pano de fundo para o estudo da aproximação do Brasil e da Índia que será desenvolvido nos capítulos subsequentes.

2.1 ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA

O processo de abertura comercial no Brasil está inserido no contexto da redemocratização e das sucessivas tentativas de controle das taxas inflacionárias decorrentes da Crise dos Anos 1980, debates que serão centrais no país até meados da década de 1990, quando se alcança a estabilidade econômica com o Plano Real. Internacionalmente, a conjuntura também é favorável a iniciativas liberais em função do desmantelamento do Bloco Soviético e da ascensão do chamado Consenso de Washington.

2.1.1 A Crise dos Anos 1980 e a Inflação no Brasil

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi um projeto lançado em 1974 pelo Governo Geisel que tinha como objetivo o aumento da capacidade energética e da produção de insumos básicos e de bens de capital. Segundo Fonseca e Monteiro (2007, p.43), o II PND teve “[...] como objetivo maior manter as taxas de crescimento econômico e, para isso, entendeu que se fazia mister alterar os rumos do desenvolvimento brasileiro [...]” – o que representava uma escolha de crescimento acelerado mesmo após os choques do petróleo em 1973, em detrimento do “bom senso” de um ajuste econômico. Assim, pode-se dizer que os governos Geisel e Figueiredo optaram por um mecanismo de “fuga para frente”, acreditando que os investimentos do II PND, quando maturados, resultariam em superávits comerciais, e que o extravagante⁴ seria o agente propulsor do desenvolvimento (CASTRO; SOUZA, 1985). Isto é em parte explicável pelo fato de Geisel não estar disposto a governar em um período de estagnação econômica após os anos de “milagre” registrados no governo Médici.

⁴ Termo utilizado pelos autores

A partir da década de 1980, os efeitos desta escolha por um crescimento financiado por empréstimos externos ficaram mais evidentes na economia brasileira, com uma mudança radical na dialética de dependência do capital nacional e do capital estrangeiro. Além da crise energética e do aumento das taxas de juros internacionais, que multiplicaram as dívidas do Estado brasileiro e geraram uma profunda crise econômica, o país também teve que enfrentar o colapso político-institucional representado pelo fim do regime militar e declínio do modelo de Estado desenvolvimentista.

De acordo com Baer (1987):

A maioria dos analistas da economia brasileira nas décadas de 1970 e 1980 apontam para uma série de choques como origem da retomada da inflação. Esses choques incluem tais eventos externos como a quintuplicação dos preços do petróleo em 1973-1974 e a duplicação desses preços em 1979, a alta rápida das taxas reais de juros internacionais no início da década de 1980, mádesvalorizações em 1979 e 1983, e algumas calamidades naturais (por exemplo, as secas e inundações que afetaram alguns preços fundamentais, como os dos alimentos). É claro que esses choques de preços não seriam inflacionários como tais se os setores que são diretamente afetados estivessem inclinados ou fossem forçados a absorvê-los. (BAER, 1987, p. 36).

No período, dois mecanismos de propagação da inflação agiam na economia brasileira: o primeiro, decorrente da estrutura oligopólica de grande parte da indústria nacional, consistia na capacidade de vários setores de repassar a elevação dos custos (seja ela em função dos preços mais elevados de energia ou dos salários, ou da taxa de juros) aos preços finais dos produtos; o segundo consistia nas garantias do governo contra perdas devidas à inflação, incluindo a indexação de papéis financeiros e fornecimento de crédito subsidiado à agricultura, por exemplo (BAER, 1987).

De acordo com o texto clássico de Lopes (1985), a inflação no Brasil na década de 1980 seria do tipo inercial, ou seja: na ausência de choques inflacionários, a inflação corrente é determinada pela inflação passada, independentemente das expectativas. Em um ambiente de inflação crônica, como observado no período, há um comportamento defensivo dos agentes – uma tentativa de recomposição dos picos anteriores de renda real –, o que faz com que a taxa de inflação se perpetue. Segundo o autor, a solução para o problema da inflação no Brasil seria através de um choque heterodoxo, que:

[...] consistiria em um congelamento total e generalizado de preços e rendimentos acompanhado por políticas monetárias e fiscais passivas. Mais especificamente, minha proposta foi de um congelamento temporário seguido de uma fase de descompressão com controle de preços, na qual se permitiria uma elevação moderada de preços visando reajustar a estrutura de preços relativos que tivesse resultado do congelamento. (LOPES, 1985, p. 145).

Outra alternativa para resolver os problemas da inflação foi apresentada por Lara Resende, que sugeriu um programa alternativo de combate à inflação, baseado na introdução de uma nova moeda indexada com taxa de conversão oficial em relação ao cruzeiro atualizada diariamente. A opção de converter as moedas seria totalmente livre, com uma preferência explícita do governo pela nova moeda. O objetivo de introduzir a moeda indexada seria reproduzir o mecanismo de autodestruição da hiperinflação sem efetivamente passar por uma hiperinflação. Segundo o autor, as principais vantagens em relação ao choque heterodoxo seriam “[...] não ser compulsório, não depender de controles administrativos e manter funcionando o mercado.” (RESENDE, 1985, p. 134).

Historicamente, o ano de 1985 representa uma virada na política brasileira, marcando a retomada do poder a mãos civis depois de 21 anos de governo militar. Apesar da forte campanha nas ruas pelas “Diretas Já”, a transição do regime militar para a Nova República se deu de maneira indireta, com a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, tendo José Sarney como seu vice.

Em um episódio dramático da história do país, Tancredo Neves foi internado em 14 de março de 1985, véspera da sua posse como presidente, levando José Sarney a assumir a presidência interinamente até 21 de abril do mesmo ano, quando se tornou presidente por tempo definitivo com a morte de Tancredo. Segundo Averbug (2005, p 213), com a morte do Presidente eleito Tancredo Neves, “[...] criou-se um vácuo político que só não gerou consequências desestabilizadoras por causa da repulsa generalizada a qualquer solução não constitucional.”.

Somando-se à complexidade do cenário político na década de 1980, a fase expansionista da década de 1970 também pode ser considerada uma das raízes da crise vivida no Brasil. Isso se deu em função da escolha deliberada de um esforço de investimento frente aos choques do petróleo, resultando num crescente endividamento externo a partir de 1973 para arcar com os custos dos projetos do II PND. Este endividamento externo se deu ao mesmo tempo em que aumentava o valor das importações (principalmente em função dos preços do petróleo), fazendo com que o déficit comercial assumisse proporções inquietantes e a dívida externa crescesse acentuadamente. Paralelamente, 1981 marca a exaustão do ciclo de crescimento e o início de uma fase de recessão no país, quando, pela primeira vez em 39 anos, registrou-se uma queda no PIB. Além disso, a inflação mantinha níveis cada vez mais elevados, atingindo 211% em 1983 (AVERBUG, 2005).

Apesar da recuperação iniciada em 1984, com a retomada da produção e aumento das exportações, a ausência de uma política econômica global foi sentida pela população desde o princípio do governo Sarney. Segundo Averbug (2005, p. 16), “[...] apesar da economia continuar crescendo, prevalece um ambiente de insatisfação social em razão dos rumos incontroláveis dos índices de preços.”

No início de 1986, pode-se dizer que o ambiente nacional era tenso, principalmente em função dos altos índices de inflação (atingindo 17,8% em janeiro e 22,4% em fevereiro), de sucessivas greves e de um governo apático, que não parecia ter respostas imediatas ao recrudescimento inflacionário nem políticas econômicas de médio e longo prazo (AVERBUG, 2005).

Frente a este cenário, o governo Sarney anunciou o Plano Cruzado em 28 de fevereiro de 1986, “[...] em clima de grande euforia e mobilização popular, tendo todos os cidadãos sido convocados pelo presidente a atuar como fiscais dos preços e do abastecimento.” (MARQUES, 1988, p.113). O plano era baseado exclusivamente em política de renda, e consistia em um “[...] choque heterodoxo por meio do qual pretendia-se atacar de forma drástica o processo inflacionário, sem recorrer a métodos recessivos e agravadores da concentração de renda.” (AVERBURG, 2005, p.218).

O Plano Cruzado baseava-se na neutralização do fator inercial da inflação combinada com o congelamento de preços e salários. Entre suas principais medidas estavam: a instituição de uma nova moeda – o cruzado; o congelamento dos preços nos níveis vigentes em 27 de fevereiro de 1986; um gatilho salarial, prevendo reajuste quando a inflação atingisse 20%; câmbio fixo com o dólar (com a moeda nacional desvalorizada); diminuição da indexação da economia (MARQUES, 1988).

De acordo com Averbug (2005), o Plano Cruzado inspirava credibilidade e confiança no futuro por parte da população, noções consolidadas pela queda da taxa de inflação nos meses seguintes para 5,5%, -0,6% e 0,3% (contra 22,4% em fevereiro). Com o fim da correção monetária e dos rendimentos inflados pela inflação elevada, houve uma mudança nos hábitos de poupança da população, que transferiu seus ativos para aumento do consumo, compra de imóveis e mercado de ações. Apesar do governo tentar convencer a população de que os antigos e elevados índices de valorização da caderneta de poupança, por exemplo, eram ilusórios, nos primeiros meses de Plano Cruzado houve uma significativa movimentação das famílias na direção do consumo, resultando no aumento da demanda por bens intermediários e na transformação da população em um consumidor quase compulsivo (AVERBUG, 2005).

Ao mesmo tempo em que se percebia este salto de demanda, alimentado pela intenção explícita do governo de manter o congelamento de preços, a expansão da oferta industrial era insuficiente, pois baseava-se no uso da capacidade instalada. Em decorrência do hiato entre a capacidade de oferta e o nível de demanda, observou-se um grande desabastecimento de produtos finais em diversos setores industriais.

A partir do segundo semestre de 1986, as taxas oficiais de inflação deixaram de ter importância em função da generalização da cobrança de ágio e de outras manobras que resultavam no aumento de preços, como perda de qualidade dos produtos, redução na quantidade ou peso estipulados, entre outras. Em função da necessidade de alteração na política vigente, o governo lançou em novembro de 1986 o chamado Plano Cruzado II, que demarca o fracasso do Plano Cruzado (MARQUES, 1988).

O Cruzado II incluiu em suas medidas a liberalização de preços, mudanças no cálculo da inflação, aumento de impostos e reindexação da economia. Para Marques (1988, p.126), “[...] ao reajustar significativamente um pequeno número de produtos, o governo colocou em xeque a credibilidade do congelamento, gerando a expectativa que seria inevitável aumento substancial e generalizado de preços.”. Averbug (2005, p. 239) concorda: “O Cruzado II desmoronou o apoio popular, engendrando outro gênero de sentimento, que não chegava a ser de oposição aguda, mas, talvez, de ansiedade e desencantamento”.

Após a implementação – e fracasso – do Cruzado II, a situação econômica do país tornou-se insustentável:

Durante o primeiro trimestre de 1987, o aumento da inflação e arrefecimento do consumo privado, associados à maior tensão no *front* externo, criaram cenário adverso ao crescimento econômico. Enfim, a economia nacional não resistiu à solidão e à exaustão do Plano Cruzado, resultantes da ausência de políticas globais integradas e, nos momentos oportunos, de estratégias complementares. A partir de então, criou-se um vácuo político que, posteriormente, tornou possível a dócil assimilação, pela sociedade brasileira, do bizarro plano de combate à inflação implantado pelo governo seguinte. (AVERBUG, 2005, p.239).

2.1.2 A Ascensão do Liberalismo no Brasil

Pode-se dizer que tanto a conjuntura interna quanto a externa eram favoráveis à eleição de Fernando Collor de Melo a presidência do Brasil em 1989. O discurso de Collor pregando a eficiência do Estado se espelhava no “mundo que dá certo”, capitaneado pelos Estados Unidos de Ronald Reagan e pelo Reino Unido de Margareth Thatcher, e encontrava eco nas

recomendações do Consenso de Washington. Enquanto Collor se colocava ao lado dos “vencedores” da Guerra Fria, seu principal concorrente, Luís Inácio Lula da Silva, estaria sincronizado com o “velho” modelo socialista. De maneira geral, o *timing* da eleição de Collor não poderia ser melhor, coincidindo com a ascensão de governos liberais no mundo inteiro.

De acordo com Sallum Júnior. (2011),

O ideário neoliberal, como se sabe, ganhou relevância no fim dos anos 1970 em função das dificuldades de superar a recessão e a inflação daquela década com os instrumentos “keynesianos” de gestão macroeconômica, instrumentos antes predominantes especialmente na Europa. Os governos da primeira-ministra Margareth Thatcher na Inglaterra e, depois, do presidente Ronald Reagan nos EUA adoraram uma gestão econômica monetarista, priorizando o combate à inflação em relação à preservação do emprego e dos rendimentos do trabalho, abandonando as diretrizes keynesianas. Aos poucos a política monetarista foi associada a outras propostas, como as da desregulação dos mercados, da redução dos gastos sociais e do intervencionismo do Estado, do equilíbrio das finanças públicas, do livre fluxo de capitais e de mercadorias, compondo – ou melhor, dando força política – ao neoliberalismo, doutrina existente, mas de pouca expressão, desde o após a Segunda Guerra Mundial. Este neoliberalismo renovado disseminou-se pelo mundo “ocidental” sob impulso dos governos inglês e norte-americano e das agências econômicas multilaterais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O reformismo neoliberal adotava (e adota) uma perspectiva puramente mercantil, que tinha em vista a produtividade e a rentabilidade do capital, tendo como horizonte uma economia globalizada. (SALLUM JÚNIOR, 2011, p. 264).

Internamente, a vitória de Collor nas eleições de 1989 revelou o desejo do povo brasileiro de um futuro diferente para o país – apostando em um presidente jovem, que tinha a mídia ao seu lado e que teria feito uma “revolução” no governo de Alagoas. Ao mesmo tempo, “o resultado eleitoral gerou a expectativa que seriam revertidas pelo novo governo as condições negativas herdadas dos anos 1980 conforme um ideário liberalizante [...] e pela afirmação do presidencialismo plebiscitário” (SALLUM JÚNIOR, 2011, p. 262). Cabe ressaltar que, pela primeira vez em 30 anos, foram realizadas eleições diretas para Presidência da República, conferindo maior legitimidade ao novo governo, que ainda contava com o carisma e prestígio pessoal de Collor.

Apesar de contar com a simpatia e o apoio do empresariado, principalmente em função do seu liberalismo professo, Collor não contava com apoio parlamentar organizado, principalmente em função do modo como construiu sua candidatura – com base em uma “empresa político-eleitoral” e não em uma coalização político-partidária (SALLUM JÚNIOR; GRAEFF; LIMA, 1990⁵ apud SALLUM JÚNIOR, 2011). Assim, era necessário que o presidente eleito convertesse as vantagens que tinha em poder político efetivo para aprovar as

⁵ SALLUM JR, Brasília; GRAEFF, Eduardo; GOMES DE LIMA, Elisabeth. Eleições presidenciais e crise do sistema partidário. **Lua Nova**, n. 20, p. 69-87, 1990.

reformas que propunha para o país, em um momento em que o Estado brasileiro se encontrava fragilizado pelo recente movimento de democratização política vivido nos anos 1980 e pelo movimento de liberalização econômica.

Os principais propósitos do governo Collor, iniciado em março de 1990, eram “[...] estabilizar a moeda – antes de tudo – e promover reformas liberalizantes, ‘integrando o Brasil no Primeiro Mundo’.” (SALLUM JÚNIOR, 2011). Quanto ao primeiro objetivo, no dia 16 de março de 1990 foi lançado o Plano Brasil Novo, um plano heterodoxo que tinha como elemento central o bloqueio da liquidez dos haveres financeiros. Segundo a Exposição de Motivos n.58, “a reforma monetária tem o objetivo de recuperar o controle do Estado sobre a moeda nacional [...]” (*Gazeta Mercantil*, 17/03/1990⁶ apud CARVALHO, 2006).

O Plano Collor, como ficou popularmente conhecido, foi uma das mais drásticas intervenções do Estado na economia do Brasil, e teve suas origens no debate sobre o fracasso das políticas de estabilização da década de 1980, especialmente os choques heterodoxos realizados no governo Sarney. Através do bloqueio da liquidez dos haveres financeiros, o governo buscou enfrentar de uma só vez, os três problemas identificados nos choques, quais sejam:

a) a tendência de monetização acelerada e de explosão de demanda em momentos de desinflação;

b) as consequências da elevada liquidez dos haveres financeiros; e c) as condições precárias de financiamento da dívida pública mobiliária (CARVALHO, 2006).

As principais medidas do Plano Brasil Novo consistiam no bloqueio de liquidez dos haveres financeiros por 18 meses (exceto papel-moeda em poder do público); reintrodução do cruzeiro como padrão monetário, em substituição ao cruzado novo (o que pode ser considerado apenas uma medida estética); aumento das taxas sobre transações financeiras; indexação de taxas públicas; redução de incentivos fiscais; adoção de taxa de câmbio flutuante; abertura comercial e redução das taxas de importação; congelamento temporário de salários; extinção de diversas agências estatais e aumento do estímulo às privatizações. A partir destas iniciativas, pode-se dizer que o Plano Collor representava uma mistura de caráter neoliberal associado a um forte intervencionismo (PEREIRA; NAKANO, 1991).

⁶ *Gazeta Mercantil* (1990). Edição extra, 17/3, n. 19.299.

O objetivo maior do bloqueio da liquidez dos haveres financeiros era impedir que, após a queda da inflação, a remonetização da economia fosse de maneira rápida e desordenada. O Plano Collor pretendia superar esse problema – que teria levado ao fracasso dos planos de estabilização anteriores – criando condições para que a oferta do cruzeiro fosse mantida sobre controle. Entretanto, devido à própria concepção do bloqueio, o descontrole do ritmo de expansão da liquidez era inevitável. Segundo Carvalho (2003):

O descontrole da monetização localizou-se basicamente no sistema bancário. Era inevitável a ocorrência de grande tumulto na atividade dos bancos após o bloqueio, pela impossibilidade de detalhamento das regras operacionais de um plano elaborado em sigilo máximo. Os bancos passaram a operar às cegas, sem conhecer sua posição de caixa. Dado o receio de pânico no caso de algum banco deixar de atender os saques do público, o BCB [Banco Central do Brasil] optou por financiar os bancos na medida da sua demanda. (CARVALHO, 2003, p.328).

Ainda segundo o autor:

Um dos fundamentos do Plano Collor era a convicção de que, com o bloqueio da liquidez, o BCB recuperaria o controle da oferta de moeda e poderia ordenar a monetização, de forma a separar a moeda demandada para transações e a moeda demandada para especulação. A experiência do bloqueio demonstrou a impossibilidade de separar a demanda por moeda para fins especulativos e para giro dos negócios, dentro do conjunto formado pela moeda indexada e pela moeda convencional. O objetivo de controlar a monetização falhou, no essencial, por este motivo. (CARVALHO, 2003, p.329).

No que tange ao segundo objetivo da presidência de Collor, referente à promoção de medidas liberalizantes visando a integração do Brasil ao “Primeiro Mundo”, pode-se dizer que os avanços foram mais decisivos, ainda que menores do que os pretendidos. Segundo Sallum Júnior. (2011), a reorientação econômica e externa do Estado que o governo Collor promoveu deixou legados duradouros no Brasil contemporâneo.

Além de basear as reformas no ideário neoliberal, também se destacava a influência do projeto de “integração competitiva” – reação à crise do Estado nacional-desenvolvimentista, que, em função da dívida externa e dos desequilíbrios fiscais, perdeu as condições de impulsionar o desenvolvimento brasileiro. Assim, a ideia central do projeto de “integração competitiva” era de “[...] transferir para a iniciativa privada o centro motor do desenvolvimento brasileiro, reduzindo as funções empresariais do Estado e ‘abrindo’ a economia brasileira para o Exterior.” (SALLUM JÚNIOR, 2011, p.264). A proposta era reestruturar o sistema produtivo brasileiro, com o objetivo de tornar a indústria brasileira competitiva no plano internacional, através da formulação de políticas industriais que estimulassem a iniciativa privada a agir nesta

direção. Assim, o projeto pode ser considerado uma forma de afirmação nacional no plano internacional, distanciando-se do neoliberalismo pelo desejo de um Estado “forte” capaz de comandar as atividades econômicas desenvolvidas no território.

A adoção deste tipo de projeto também se justificava considerando a conjuntura internacional. No início da década de 1990, havia um descompasso entre a “onda liberalizante” que se expandia mundialmente e a política brasileira de defesa do mercado interno e da indústria nacional, com a economia brasileira ainda muito fechada em relação ao Exterior. Com a queda do Muro de Berlim em 1989, parecia “inevitável” a unificação econômica mundial, sob instituições capitalistas liberais, perspectiva reforçada pela formulação das recomendações do Consenso de Washington no mesmo ano.

A ruptura da chamada Ordem da Guerra Fria produziu mudanças significativas na percepção que as elites brasileiras tinham das relações internacionais do país e das possibilidades de atuação do Brasil nesse âmbito; essas mudanças foram incorporadas pelo governo Collor na formulação de uma nova política de inserção internacional do Brasil, considerando que a nova conjuntura internacional, mais do que uma ameaça, representava uma oportunidade para o Brasil (SALLUM JÚNIOR, 2011).

Assim:

A nova postura do Itamaraty estava embebida também de nacionalismo, mas ele era afirmativo das reais ou supostas virtudes brasileiras, um nacionalismo que levava à participação, à competição, ao esforço para que o país se tornasse um *global player*, que pudesse participar de várias formas da construção e da gestão de uma nova ordem internacional. (SALLUM JÚNIOR, 2011, p.269).

Foi a partir desta mentalidade que se estruturaram as reformas liberalizantes da economia brasileira, entre as quais podemos destacar a abertura do país ao comércio internacional, através de dois processos:

O primeiro foi um movimento de abertura “para dentro”, que resultou em grande expansão da concorrência no mercado interno, em decorrência do crescimento do volume de produtos importados. [...] O outro movimento foi de abertura “para fora”, marcado pela meta de conquistar novos mercados internacionais. A expressão “exportar ou morrer” indica o nível de prioridade que o governo e o empresariado passaram a atribuir à integração competitiva do Brasil na economia mundial. (MANCUSO; OLIVEIRA, 2006, p.148).

Dentre as medidas efetivas tomadas pelo governo Collor com o objetivo de abrir a economia brasileira, cabe destacar a nova política industrial e de comércio exterior, a liberalização dos fluxos financeiros com o Exterior e a política de privatização.

A nova política industrial e de comércio exterior englobou duas iniciativas: o fim das restrições não tarifárias para as importações e exportações e a Política Industrial e de Comércio Exterior, lançada em julho de 1990. As mudanças foram especialmente drásticas quanto às restrições não tarifárias:

Collor eliminou todo o poder discricionário do governo para autorizar exportações e licenciar importações; pôs fim à lista de cerca de 1500 produtos que eram de importação proibida para reservar o mercado à produção nacional; e acabou com todas as isenções e reduções de tarifas de importações [...], à exceção das existentes para a Zona Franca de Manaus e algumas poucas mais. (SALLUM JÚNIOR, 2011, p.273).

Essas iniciativas podem ser consideradas o primeiro passo para transformação da política de comércio exterior brasileira, distanciando-se da noção varguista de industrialização nacional por “substituição de importações”.

A Política Industrial e de Comércio Exterior, lançada em julho de 1990, pode ser vista como uma complementação da eliminação das barreiras não tarifárias, e tinha como objetivo retomar a industrialização do país em novos moldes, que superassem o modelo anterior do Estado Desenvolvimentista. Apesar de ser uma reforma liberalizante, é importante ressaltar que não tinha caráter neoliberal, inclusive por ser uma política industrial – prática condenada por teóricos do mercado.

O programa combinava políticas de competição e de competitividade, incluindo a eliminação de controles estatais sobre as empresas; um programa de privatização das estatais; programa de redução progressiva das tarifas de importação; estímulo de investimentos nos planos estrutural, setorial e empresarial; e incorporação de novas tecnologias.

Paralelamente à redução das barreiras ao comércio internacional de mercadorias, também se observou uma gradual liberalização dos fluxos financeiros entre o Brasil e o Exterior. O governo Collor criou um Mercado de Câmbio Livre de “dólar comercial”, no qual o governo mantinha o monopólio, mas deixava de ter as obrigações de atender todas as demandas de moeda estrangeira e de comprar as “sobras” do mercado como era até então. Em 1991, abriu-se a possibilidade de investidores estrangeiros investirem no mercado de ações brasileiro e negociarem no exterior títulos emitidos no Brasil. Segundo Sallum Júnior (2011, p.276), “[...] estas alterações destinavam-se a facilitar a entrada de capitais estrangeiros no Brasil, inclusive pelo aumento das garantias de saída de capitais se os seus proprietários assim o desejassem.”.

2.2 ABERTURA ECONÔMICA INDIANA

A abertura comercial indiana é uma escolha resultante da situação do país na década de 1980. Após se tornar independente, a Índia passou por um processo de fechamento e isolamento em relação à economia mundial, adotando políticas internas com forte caráter intervencionista, o que levou a uma estagnação dos setores produtivos. Neste contexto, a única alternativa era reintegrar-se ao comércio internacional via abertura econômica.

2.2.1 A Economia Indiana Pós Independência

Após a independência indiana em 1947, Virnani (2006) considera que se inicia uma fase chamada de “Versão Indiana do Socialismo” ou simplesmente “Socialismo Indiano”, que se estende até o início da década de 1980, quando começa a fase de “Experimentos em Reforma de Mercado”.

Durante esta primeira fase, o autor considera que as principais características na elaboração da política econômica indiana foram a adoção da estratégia de industrialização por substituição de importações, as restrições e eliminação da liberdade dos agentes econômicos para competir em diversas indústrias e setores e a ampliação da ação do governo em áreas econômicas e sociais (VIRNANI, 2006).

O período pós-independência na Índia caracteriza-se pelo planejamento econômico, através dos Planos Quinquenais lançados a partir de 1951 pela Comissão de Planejamento da Índia. Estes planos tinham como objetivo a “[...] persecução de metas de crescimento, modernização e justiça social, por meio de políticas visando à maximização da eficiência na utilização dos recursos produtivos disponíveis no país.” (PLANNING COMMISSION, 2001⁷ apud NASSIF, 2006). Até hoje, o modelo de planos de desenvolvimento de longo prazo é utilizado pelo governo indiano, com breves exceções ao longo da história.

Para a execução do 1º Plano Quinquenal, não foi utilizado nenhum modelo teórico ou experiência anterior de desenvolvimento: as metas de produção setoriais foram baseadas nas quantidades potenciais demandadas pelo mercado, levando em conta restrições tecnológicas e de recursos. Tampouco se definiram setores prioritários (NASSIF, 2006).

⁷ PLANNING COMMISSION. **Indian planning experience**: a statistical profile. Government of India, 2001.

O processo de fechamento da economia indiana fica evidente a partir do 2º e do 3º Planos, com a adoção de um modelo de substituição de importações “voltado para dentro”, diferentemente do latino-americano, sob a influência teórica do Professor Mahalanobis⁸. Segundo este modelo, a economia deveria se fechar, trabalhando com dois setores: um de bens de capital e outro de bens de consumo – assim, a hipótese central é de que o crescimento requer o aumento do investimento em relação ao PIB. Por isso, tanto o 2º quanto o 3º Plano priorizam o setor de bens de capital (BARBOSA, 2008).

Para viabilizar a criação e o desenvolvimento de um setor de bens de capital, a política industrial indiana:

Passou a contar com dois mecanismos básicos, que só viriam a ser definitivamente extintos com as reformas econômicas de 1991: o sistema de licenciamento industrial e o sistema de licenciamento de importações. Ambos consistiam, na prática, em impor restrições à criação de capacidade produtiva (caso do licenciamento industrial) e à concorrência externa (caso do licenciamento de importações) (NASSIF, 2006, p.20).

O sistema de licenciamento industrial podia ser considerado o aspecto central do modelo indiano de substituição de importações, pois exigia a permissão do governo para criação de novas firmas ou para a expansão da capacidade produtiva das empresas existentes. Assim, o Estado tinha mecanismos para interferir em todo o sistema industrial e direcionar os fluxos de investimentos para setores específicos – afetando a escolha da localização, tecnologias, escala dos empreendimentos e forma de relacionamento das empresas indianas com o setor externo (incluindo acesso a informação e financiamento).

Já o sistema de licenciamento de importações consistia no controle quantitativo das importações, especialmente dos setores considerados prioritários pelos Planos Quinquenais. Este mecanismo, além das altas tarifas aduaneiras, era o que de fato protegia a indústria nacional da concorrência externa – e seria mantido até 1976. Os principais critérios utilizados para realizar a importação eram de essencialidade e não-disponibilidade doméstica – independentemente de critérios como qualidade, diferença entre preços domésticos e internacionais, prazo de entrega ou qualidade. Cabe ressaltar que caso se comprovasse a existência da capacidade produtiva, ainda que potencial no caso dos setores prioritários, a importação seria vetada (NASSIF, 2006).

⁸ O professor Prasanta Chandra Mahalanobis trabalhava com estatística aplicada e foi o fundador do Instituto Indiano de Estatística. Seu modelo de desenvolvimento econômico tinha um viés neomarxista, e o 2º plano quinquenal da Índia esteve centrado em suas ideias. Para mais informações, ver: MAHALANOBIS, Prasanta Chandra. Some observations on the process of growth of national income. *Sankhyā: The Indian Journal of Statistics*, p. 307-312, 1953.

Nos primeiros 15 anos de Planos Quinquenais, o crescimento do PIB indiano teve uma média anual de 4,1%, valores bastante expressivos quando comparado com o período colonial. O sucesso inicial da adoção deste modelo de planejamento justifica a adoção de planos mais intervencionistas a partir de 1966, controlando ainda mais a atuação da iniciativa privada (BARBOSA, 2008).

Segundo Virnani (2006, p. 15-16), “A natureza, amplitude e profundidade do controle e da interferência no setor privado e no empreendedorismo era sem precedentes para uma economia de mercado (ou seja, uma em que agentes privados são donos da maior parte dos recursos).”.

No período entre 1966 e 1980, destacam-se as nacionalizações feitas pelo governo indiano, incluindo os 14 maiores bancos do país em 1971 e a *Indian Iron and Steel Company* em 1973. Além disso, a partir deste período cresce a preocupação com o comércio internacional e com a promoção de exportações.

Essa preocupação com o comércio exterior fica evidente a partir do 4º Plano Quinquenal, que tinha como objetivo promover um crescimento de 7% das exportações, criando assim superávits comerciais. Para isso, buscou-se melhorar a competitividade dos produtos exportados e filtrar as importações de produtos supérfluos.

Segundo Nassif (2006):

A Índia passou a conceder diversas formas de isenções e/ou créditos tributários às exportações, acesso à importação de insumos a preços internacionais destinados à produção para exportação, subsídios diretos às vendas externas ou mesmo promoção comercial propriamente dita (subsídios para marketing internacional, exposições no exterior etc.). (NASSIF, 2006, p.25).

Prossegue o autor:

Por outro lado, o controle quantitativo de exportações de têxteis de algodão (que vigorou até 1953), manufaturados de juta (1958) e chá (até início dos anos 1970) era indicativo de contradições intrínsecas na estratégia desenvolvimentista indiana: ao mesmo tempo que operava com um dos custos de proteção mais elevados do mundo entre os países *late-comers*, regulava as vendas externas de alguns produtos sob o argumento de que o consumo doméstico deveria ser subsidiado. Além disso, dada a tendência de queda dos preços internacionais de diversas *commodities* exportadas pelo país, sobre elas passaram a incidir impostos sobre exportações, mesmo sem nenhuma evidência de que a Índia detivesse o monopólio desses bens no comércio mundial. (NASSIF, 2006, p.25).

No caso indiano, ainda que as iniciativas de promoção comercial adotadas pelo governo acabassem mitigando o caráter antiexportador criado pelo regime de proteção, as mesmas se

provaram ineficientes, no sentido de as taxas de aumento médias das exportações indianas se encontrarem bem abaixo às observadas no comércio mundial. Na década de 1970, a participação média anual das exportações indianas no total exportado mundialmente estagnou-se em torno de 0,5%, contra uma parcela de 0,9% na década anterior.

Paralelamente a estas iniciativas contraditórias de promoção das exportações e ao processo de industrialização indiano, o protecionismo continuava como uma das bases da política econômica do país. Com a diminuição das importações, houve uma apreciação do nível geral de preços internos, desencadeando processos inflacionários contínuos (BARBOSA, 2008).

De acordo com os críticos do modelo, a busca pela diminuição da pobreza na Índia acabou gerando uma alocação ineficiente dos investimentos, o que restringiu o crescimento econômico e criou indústrias com custos elevados, baixa geração de empregos formais e inflação acentuada. Virnani (2006) considera que as medidas a partir de 1965 foram excessivamente intervencionistas, reduzindo a taxa de crescimento da renda per capita para 0,6% - menos de um terço da taxa obtida no período de 1950 a 1965.

Durante o período que vai de 1965 a 1980, a Índia:

Não logrou êxito na promoção de crescimento e na redução da pobreza, apesar de várias políticas terem sido indiretamente realizadas visando minimizá-la. Medidas como a nacionalização de bancos, a criação de monopólios e restrições à prática do comércio, regulação do investimento estrangeiro e nacionalização de grandes empresas de carvão, metal, cobre e têxteis. (BARBOSA, 2008, p. 34).

Analisando de maneira geral a economia no período após a independência, Nassif (2006, p.28) considera que

Tomando como indicador apenas o crescimento econômico, entre o período de implantação e o auge do modelo *sui generis* de substituição de importações (1950-1980), a Índia não teve um desempenho espetacular como os asiáticos (ou mesmo o Brasil), mas também não exibiu resultados precários como o continente africano (NASSIF, 2006, p.28).

O crescimento do PIB indiano no período, considerado decepcionante, mas não desanimador, ficaria conhecido como taxa de crescimento “hindu”. Em compensação ao crescimento moderado, os preços indianos se mantiveram muito mais estáveis do que na América Latina, por exemplo, que foi assolada por processos de inflação crônica na década de 1980, como explorado o caso brasileiro nas seções anteriores. A estabilidade indiana se deu em função do controle da oferta de moeda e à moderada propensão ao endividamento externo.

A partir da década de 1980 começa a ficar evidente que o modelo de desenvolvimento indiano, com suas características autárquicas e alto grau de intervenção estatal, não se sustentaria no longo prazo. Assim como o Brasil, a Índia optou por implementar reformas liberalizantes na economia, especialmente referentes à abertura comercial e aos investimentos externos, mas conduziu esse processo de maneira mais gradual.

2.2.2 As Reformas Econômicas dos Anos 1980 na Índia

Virnani (2006) considera que a fase de “Reforma de Mercado” é dividida em duas subfases, a primeira delas iniciada ainda na década de 1980 e se estendendo até cerca de 1992, caracterizada pela implementação de reformas básicas; a segunda, incluindo reformas mais amplas, de 1992 a 2003.

As reformas básicas implementadas a partir de 1980 foram, de certa forma, superficiais, mas atenderam aos poucos às necessidades mais latentes de mudança e preparando o ambiente para as futuras reformas dos anos 1990.

Nassif (2006, p.34) assinala que

Enquanto o início dos anos 1980 marca a fase em que a Índia teria dado cabo a um longo período de estagnação econômica, por volta de 1985, na transição do governo Indira Gandhi para o de Rajiv Gandhi ocorre uma ruptura estrutural, após a qual se segue uma fase em que a liberalização e a reforma econômicas tornam-se ideologicamente respeitáveis como políticas de desenvolvimento que os governos deveriam, em certo grau, perseguir. (NASSIF, 2006, p.34).

Assim, ocorre durante a década de 1980 uma mudança na mentalidade do governo indiano, que permitirá a adoção de medidas liberalizantes, em consenso com a tendência mundial de ascensão do neoliberalismo, conforme explorado nas seções anteriores. Cabe ressaltar que, como diz Velasco (2005, p.32), “Apologistas e detratores estão de acordo: o gradualismo é o traço mais saliente do processo indiano de reformas.”.

Rajiv Gandhi, ao assumir o posto de Primeiro-Ministro, tinha a percepção de que o uso extensivo dos controles de licenciamento industrial havia criado uma rede de interesses de difícil administração. Cada vez mais os empresários indianos buscavam maneiras de contornar e flexibilizar os controles, através de subornos e indução a práticas corruptas pelos burocratas estatais. Além dessa visão diferenciada do processo, pela primeira vez desde a formação democrática da Índia independente, o Primeiro-Ministro tinha maioria absoluta no Parlamento, garantindo respaldo político para implementar gradualmente as reformas econômicas.

As reformas propostas neste período tinham como objetivos principais eliminar progressivamente os licenciamentos industriais e relaxar as licenças de importação. Assim, “As reformas da década de 1980 atacaram as duas falhas mais relevantes do regime anterior: o controle doméstico da produção e do investimento e o controle do comércio externo.” (BARBOSA, 2008, p.41). Além disso, as mudanças também contemplavam as exportações, mediante concessão de incentivos; redução dos direitos de monopólio do governo na importação de mercadorias estratégicas; e uma pequena reforma tributária, que implicava na redução dos custos de produção industriais ao deduzir ou isentar os impostos sobre valor adicionado dos insumos produzidos no mercado interno ou importados.

Outra força de liberalização significativa foi a opção do governo por uma taxa de câmbio mais realista. Com o objetivo de estimular as exportações e promover crescimento econômico, a Índia desvalorizou a Rúpia em duas ocasiões entre 1974 e 1979, atingindo resultados satisfatórios para o crescimento do PIB⁹ – que passou de 1,2% em 1974/1975 para 9% em 1977. Na década de 1980, as exportações indianas passaram a crescer mais rápido que o comércio mundial e tão rápido quanto nos países em desenvolvimento, resultado direto da administração da taxa de câmbio.

Como a política econômica até então desencorajava o investimento e a produção, limitando economias de escala, as medidas liberalizantes implicaram na necessidade da economia indiana de se adaptar e se preparar para competir em níveis internacionais. Assim, a partir da abertura comercial, as empresas indianas irão suprir suas demandas reprimidas pelas restrições do regime anterior, através da importação de bens de capital e bens intermediários, aumentando o nível tecnológico dos empreendimentos no país e gerando crescentes índices de produtividade total.

Ao implementar as Reformas da década de 1980, o governo indiano diminuiu significativamente sua interferência na economia, mas manteve crescente o consumo público, gerando déficits no balanço de pagamentos e expandindo a dívida interna e externa, com a economia pouco a pouco se encaminhando para um estado de insolvência.

Ao longo da década de 1980, a taxa de inflação seguiu crescendo, bem como os déficits públicos e o comprometimento da receita com pagamentos de juros. O processo culminaria na crise do balanço de pagamentos, em junho de 1991.

Em função da crise e do estado em que a economia se encontrava, em 1991, o governo fez um acordo com o FMI¹⁰, comprometendo-se a executar políticas fiscais, monetárias e

⁹ Produto Interno Bruto

¹⁰ Fundo Monetário Internacional

cambiais para estabilizar a economia no curto prazo, em troca de ajuda financeira. A Índia também adotaria medidas de longo prazo, como políticas comerciais e industriais, com estímulos ao ingresso de investimentos estrangeiros e flexibilização do setor financeiro. A implementação destas reformas deu origem às reformas da década de 1990, muito mais profundas do que as realizadas até então (NASSIF, 2006).

Ao observarmos os possíveis paralelismos entre a conjuntura brasileira e indiana no período, Simão (2011) assinala que

[...] para os dois países, a década de 1990 iniciou sob o signo de reformas econômicas de viés liberal, bem como de escândalos políticos. Tal como o Brasil de Fernando Collor de Melo, a Índia, com a eleição de Narasimha Rao (1991-1996), pelo Partido do Congresso, mergulharia num período de corrupção, conflitos e oposição dentro do próprio partido, resultando num dramático desempenho eleitoral nas eleições de 1996. (SIMÃO, 2011, p.5).

Partindo dos contextos particulares dos dois países e da conjuntura internacional descritos neste capítulo, o trabalho terá seguimento analisando a evolução das relações comerciais entre o Brasil e a Índia, considerando os esforços de aproximação comercial entre os países e propondo uma análise histórica da pauta de exportação.

3 APROXIMAÇÃO COMERCIAL ENTRE BRASIL E ÍNDIA

Neste capítulo, serão analisados os esforços de aproximação entre Brasil e Índia nos últimos 20 anos, a partir do momento em que suas economias podem ser consideradas abertas ao comércio internacional, conforme descrito no capítulo anterior. Para isso, além da revisão histórica, serão utilizados dados referentes ao comércio bilateral entre os dois países.

Simão (2011) considera que a aproximação dos dois países se dá em um contexto bastante específico:

Neste início de século XXI, com a emergência de novos polos de poder e com o aprofundamento de uma agenda política que passou a priorizar questões específicas dos países do Sul, a relação entre Brasil e Índia ganharia um novo contorno. A partir dos anos 1990, os dois países iniciaram de forma objetiva e sistemática um processo de aproximação marcada muito mais pelo interesse comercial do que por questões de ordem política e estratégica. [...] Brasil e Índia, que antagonizaram politicamente ao longo do século XX, se encontram no pós-Guerra Fria com desafios similares: reformas econômicas e necessidade de inserção internacional, com base em um “novo paradigma” voltado para a integração dos mercados nacionais e a ampliação de redes de produção, que em última instância caracterizaria a denominada globalização. Desta forma, o desafio para os governos do final do século XX, seria integrar os países no processo de globalização em curso, desconstruindo o acumulado histórico de protecionismo, tanto da Índia como do Brasil, que passara a ser compreendido naquele momento como responsável pelo insulamento econômico de ambos. (SIMÃO, 2011, p.4-5).

Assim, os esforços de aproximação entre os dois países devem ser entendidos como fruto tanto da conjuntura internacional, com o fim da Guerra Fria e a ascendência de correntes neoliberais, quanto das conjunturas internas do Brasil e da Índia, exploradas no capítulo anterior.

3.1 ESFORÇOS DE APROXIMAÇÃO ENTRE OS DOIS PAÍSES

Em função dos problemas econômicos enfrentados ao longo da década de 1980 e explorados no capítulo anterior, a Índia foi obrigada a buscar um novo posicionamento no sistema internacional, adotando uma postura mais aberta e “globalista” em relação ao comércio e à sua economia. Abandonando o isolacionismo cultivado desde a independência, a estratégia indiana consistiu em buscar novos parceiros em todo o globo, incluindo aí o Brasil. Segundo Vieira (2007, p.62), “O novo posicionamento internacional indiano foi a origem do interesse pelo Brasil.”. Complementando esta visão, Sahni (1997) vai além na sua explicação da busca indiana por expandir o escopo de suas relações internacionais na América Latina:

Mesmo na era da interação global, a América Latina é a única região do mundo que ainda não conhece a Índia. Esta escassez de conhecimento, entretanto, pode se transformar em uma vantagem para a Índia. A falta de interação com a América Latina faz com que esta seja a única região no mundo onde a Índia e os indianos tenham uma imagem geralmente benigna e positiva. (SAHNI, 1997, p. 78).

Com o fim da União Soviética, que representava um parceiro comercial importante para a Índia, muitos dirigentes indianos começaram a considerar a América Latina como uma alternativa para preencher este espaço. Neste contexto, o Brasil passou a receber atenção especial, justamente por ser o país com maior potencial de comércio na região.

Deste modo, a partir de 1992, podemos observar uma série de iniciativas indianas de demonstrar interesse e cortesia ao Brasil, como a presença do Ministro de Relações Exteriores indiano, Eduardo Faleiro, na posse do presidente Fernando Collor de Mello. Estes esforços de aproximação por parte da Índia foram notáveis ao longo da primeira metade da década de 1990; como Vieira exemplifica:

Em 1993, como uma demonstração de sério interesse, o Ministro das Relações Exteriores indiano, Salman Khursheed, visita o Brasil. Na ocasião, o ministro disse em entrevista que “a Índia está em um *turning-point* em suas relações com a América Latina”, motivada pela reforma econômica adotada em seu país, que incluía uma abertura às exportações e ao capital estrangeiro, instrumentos estes que obrigariam o governo a se preparar para atuar em um regime de economia aberta. (VIEIRA, 2007, p.68).

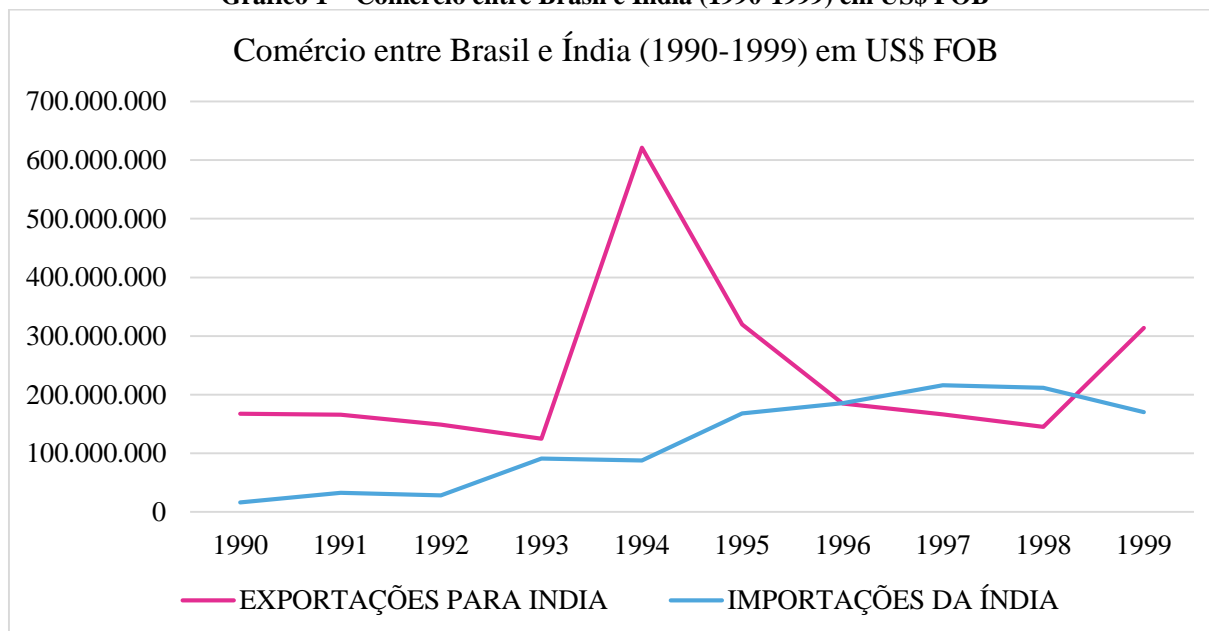
Neste período também se destaca a assinatura de alguns acordos de cooperação tecnológica e política, entre eles o Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum, em 1992, e o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, sobre Cooperação Científica e Tecnológica no Setor Ferroviário, em 1993. É o começo da institucionalização das relações bilaterais entre os dois países.

Um fato relevante, que acabou por aproximar comercialmente os dois países, foi a quebra na safra de cana de açúcar na Índia em 1994¹¹ – o que pode ser considerado favorável ao comércio brasileiro, que naquele ano exportou 621 milhões de dólares para o mercado indiano, sendo 69,8% referente ao açúcar e os cerca de 30% restantes ao minério de ferro e seus derivados, óleo de soja e máquinas agrícolas. Com este resultado, a Índia se tornou o terceiro mercado asiático mais importante para o Brasil (VIEIRA, 2007).

¹¹ A quebra da safra de cana-de-açúcar na Índia se deu em função da irregularidade das chuvas no ano anterior.

Entretanto, este é um resultado pontual, pois, no ano seguinte, as exportações brasileiras para a Índia voltam ao patamar anterior. Enquanto isso, as importações da Índia pelo Brasil apontam tendências de crescimento durante a década de 1990, conforme mostra o Gráfico 1:

Gráfico 1 – Comércio entre Brasil e Índia (1990-1999) em US\$ FOB¹²



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2014)

Com a exceção do pico de exportações em 1994, explicado previamente, podemos observar que a priorização do mercado brasileiro pelo governo indiano não é recíproca, resultando em um saldo deficitário para o Brasil entre 1996 e 1998, quando se percebe uma retomada do fluxo de exportações brasileiras para este país. A Índia via o Brasil como um parceiro promissor, com um potencial de negócios a ser explorado impressionante, e trabalhou efetivamente para ampliar o comércio com os mercados latino-americanos e com o Brasil.

Prova disso são os estudos para analisar a viabilidade econômica de estabelecer linhas marítimas diretas entre a Índia e a América do Sul via África do Sul, para que a rota via Europa fosse substituída. Esta nova rota reduziria significativamente custos de frete e o tempo de viagem, resultando em maior competitividade para os produtos indianos. Também se destaca a emissão crescente de vistos para empresários indianos com desejo de fazer negócios no Brasil.

Logo após a abertura econômica dos dois países no início da década de 1990, pode-se dizer que a atitude brasileira em relação ao estreitamento dos laços com a Índia foi, em sua

¹² *Free on Board*: termo de comércio internacional para denominar o tipo de frete em que o comprador assume todos os riscos e custos com o transporte da mercadoria, assim que a mesma é colocada a bordo do navio. O Vendedor fica responsável pelo transporte da mercadoria até o porto de embarque designado pelo importador.

maioria, de caráter reativo, destacando-se algumas visitas ministeriais em 1992 e 1994. A visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Índia em 1996 inauguraria uma nova fase do relacionamento entre os dois países, a partir da qual se percebe uma posição mais assertiva do Brasil no sentido da aproximação.

A viagem presidencial de 1996, em que Fernando Henrique Cardoso foi à Índia acompanhado do Ministro das Relações Exteriores, do Ministro da Agricultura, do Ministro da Ciência e Tecnologia e do Chefe da Casa Militar, marca o início de uma “[...] fase de deliberada construção de uma relação diversificada e intensa.” (BRASEMB NOVA DELHI, 1998¹³, apud VIEIRA, 2007). Assim, o Brasil traçou como estratégia a identificação de um empreendimento de grande porte, que serviria para impulsionar o intercâmbio em outras áreas.

Durante sua estada na Índia, Fernando Henrique Cardoso assinou uma Declaração Conjunta sobre a Agenda Brasil-Índia, estipulando a criação de um comitê conjunto que organizaria workshops para o desenvolvimento de tecnologias que tivessem impacto social e que pudessem ser transferidas entre os dois países, nos moldes de cooperação Sul-Sul. Este tipo de cooperação também foi observado na relação entre a Confederação Nacional da Indústria (CNI) brasileira e a *Federation of Indian Chambers of Commerce and Industry* (FICCI), que assinaram um Convênio de Cooperação para Transferência de Tecnologia na Formação de Mão-de-obra, com objetivo de transmitir a experiência do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (VIEIRA, 2007).

A visita seria retribuída em 1998 pelo presidente indiano Narayanan, que veio ao Brasil acompanhado de seu Ministro da Aviação Civil. Nesta ocasião, seriam assinados mais dois documentos de cooperação, um na área das Academias Diplomáticas e outro na área da Saúde e Medicina. Os dois acordos tinham um viés de formalizar intenções que vinham sendo expressas há muito tempo, mas não representam um progresso significativo, em função da diferença de entendimento das questões, principalmente na área médica.

Apesar destes avanços no relacionamento bilateral entre os dois países, o ano de 1999 seria marcado pelo esfriamento das relações entre Brasil e Índia em decorrência da crise de desvalorização do Real. Os anos 2000 se caracterizariam pela retomada do empenho dos dois países em desenvolver ações práticas que concretizassem o desejo mútuo de aproximação, que até então não se materializara de maneira efetiva.

Um aspecto importante para a aproximação dos dois países a partir de 2001 é a conjuntura de comércio exterior na qual a Índia está inserida, que acabou por reforçar as

¹³ BRASEMB NOVA DELHI [Ofício 028] 20 abr 1998, Nova Délhi [para] MRE, Brasília. 35 p. Visita do presidente Narayanan. Maço de apoio. Pg. 11.

vantagens para os países latino-americanos. Isso se dá, principalmente, em função dos compromissos assumidos pelo governo indiano na OMC.

De acordo com Nassif (2006),

No âmbito da política comercial, foi praticamente eliminado o licenciamento de importações. As exceções ficaram por conta instituição de uma lista negativa de produtos que discriminava os casos cujas importações continuaram sujeitas a algum controle, embora oficialmente se alegasse não se tratar de licenciamento prévio. Era o caso dos produtos agrícolas e bens de consumo conspícuos. [...] Na prática, porém, os empecilhos aplicados aos produtos constantes da lista negativa conservavam os vícios de licenciamento às compras externas. A extinção dessa restrição quantitativa às importações só se verificou, para a maioria dos produtos, em abril de 2001, após diversos contenciosos com parceiros comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). (NASSIF, 2006, p.41-42).

Sobre a redução das tarifas alfandegárias na Índia, o autor comenta que

Em virtude da eliminação de parte significativa dos mecanismos de proteção não-tarifários, a reforma de tarifas aduaneiras de importação na Índia foi bem mais gradual. [...] Antes da liberalização comercial unilateral, as tarifas máximas alcançavam, em 1990, 355%, com médias simples de 133% e médias ponderadas pela participação no total importado de 87%. Com o programa de reforma aduaneira, as tarifas máximas foram paulatinamente reduzidas para 150%, 110%, 80%, 65% e 50%, até atingirem o nível máximo registrado de 40% em 2002 (NASSIF, 2006, p.42).

Estas alterações na Política de Comércio Exterior indiana podem ser consideradas o fim do processo de liberalização da economia iniciado em 1991 e discutido no capítulo anterior. Como as reformas realizadas resultaram numa crescente desproteção do mercado doméstico indiano, o governo julgou necessário tomar medidas para evitar o aumento do déficit comercial do país, lançando assim incentivos financeiros às exportações. Em 2000, por exemplo, foi operacionalizada uma linha de crédito de 120 milhões de dólares destinada a estimular as exportações indianas para a América Latina.

A alta prioridade conferida ao mercado latino-americano pelos governantes indianos era visível:

Em 2002, o afã em conquistar o mercado latino-americano levou o governo indiano a oferecer assistência financeira aos exportadores que estabelecessem representações em países latino-americanos, com a justificativa de que, apesar das exportações da Índia para a América Latina terem aumentado quase seis vezes nos últimos oito anos, elas representariam parcela insignificante das exportações gerais da Índia. Seriam concedidos, ainda, benefícios referentes a prazos mais dilatados para repatriação de lucros em moeda estrangeira, bem como o *State Bank of India* ofereceria uma linha de crédito a juros consideravelmente mais baixos do que os de mercado para estes exportadores. As medidas que visavam o aumento dos investimentos indianos na América Latina se justificavam pelo mau desempenho: no ano 2001, nem o consulado geral da Índia nem o Banco Central do Brasil possuíam dados sobre os investimentos

indianos diretos no Brasil, mas a estimativa do cônsul geral da Índia, Deepak Bhojwani, era de que este investimento era muito baixo. (VIEIRA, 2007, p.95).

Esta ofensiva indiana, no sentido de aumentar sua presença nos mercados da América Latina, mostrou-se um empecilho à manutenção do equilíbrio da balança comercial brasileira com a Índia. Assim, foi necessário que o governo brasileiro agisse paralelamente ao governo indiano, estimulando seus próprios exportadores. No entanto, os incentivos oferecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior não tinham tantos efeitos quanto os oferecidos pelo governo da Índia a seus exportadores, somando-se ao fato de que o mercado indiano era mais protegido.

A partir dos anos 2000, também se pode observar uma certa iniciativa do setor empresarial indiano – através da Confederação das Indústrias Indianas, da Federação das Câmaras de Comércio e Indústrias Indianas e da *Indian Trade Promotion Organization* – em buscar o mercado brasileiro de maneira mais autônoma, e não apenas reativa, aproveitando os estímulos estatais. Essas comitivas empresariais eram compostas, majoritariamente, por exportadores, enquanto as iniciativas do setor privado brasileiro eram predominantemente de importadores (VIEIRA, 2007).

A partir do governo Lula no Brasil, o relacionamento com a Índia será intensificado, tanto em termos multilaterais – com a criação do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e do G20 e a forte articulação do G4 (Índia, Brasil, Alemanha e Japão) na busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU – quanto em termos bilaterais. Estes e outros aspectos políticos do relacionamento entre o Brasil e a Índia serão abordados no terceiro capítulo deste trabalho.

Em termos econômicos e de cooperação, uma série de acordos foram firmados entre os dois países, na esfera da pesquisa espacial, do turismo e do comércio internacional. Entre eles, se destaca o Memorando de Entendimento sobre Proteção Fitossanitária em 2006, com o objetivo de que os dois países realizassem as análises de risco de pragas necessárias para aumentar as trocas de produtos como soja, milho, algodão, frutas, carne de frango e cereais. Este documento teve um grande valor para o comércio bilateral entre Índia e Brasil, tendo em conta o crescimento acelerado da população indiana e as perspectivas que a Índia se torne, num futuro próximo, um importante importador de alimentos.

Cabe também salientar a importância do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a República da Índia, assinado em 2004, que permitiu e a consolidação da Índia como um *trader* global, posicionando-se de maneira definitiva na América Latina. Este acordo acabou representando a maneira pela qual o Brasil consegue negociar acordos comerciais com

a Índia, o que não pode fazer de maneira bilateral em função dos seus compromissos com o Mercosul (KUME; PIANI; MIRANDA, 2005).

3.2 ANÁLISE HISTÓRICA DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO ENTRE ÍNDIA E BRASIL

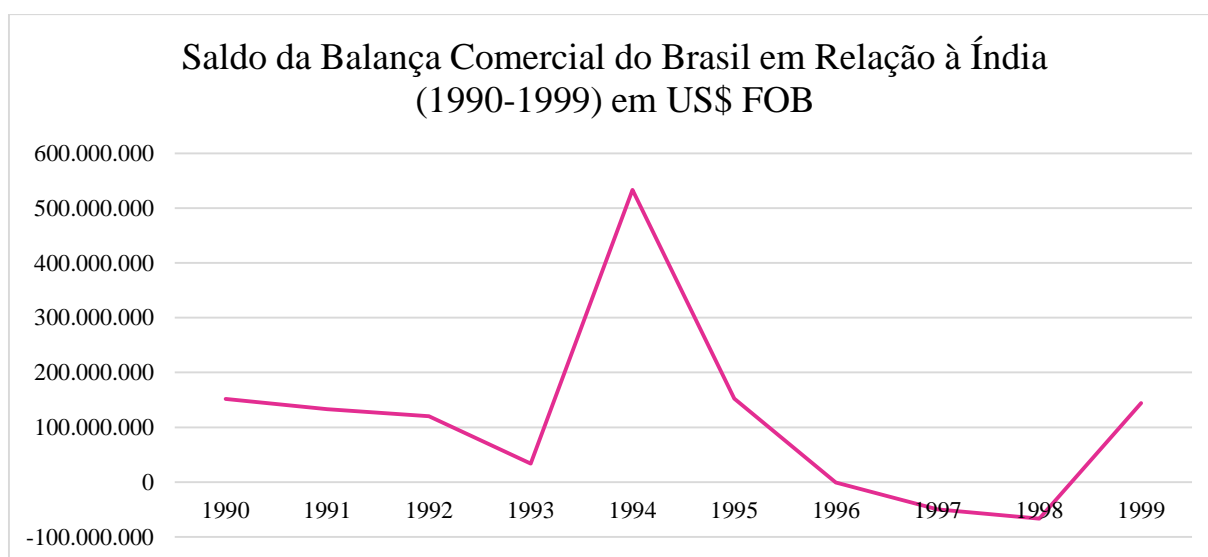
Historicamente, há uma aproximação comercial dos mercados brasileiro e indiano, principalmente após a abertura econômica dos dois países. Esse fenômeno, conforme discutido na seção anterior, é resultado, principalmente, de iniciativas indianas e, em menor parte, das respostas moderadas do governo brasileiro.

Como apresentado no Gráfico 1, as importações com origem indiana que chegam ao Brasil tiveram uma tendência de crescimento na década de 1990. Isso se explica pela visão prioritária do mercado latino-americano e pelas políticas de incentivos à exportação. Entre os principais produtos importados pelo Brasil encontram-se produtos químicos orgânicos e inorgânicos; extratos tanantes e tintoriais; máquinas, aparelhos e material elétricos; peles e couros; gomas e resinas; óleos essenciais e produtos de vestuário.

Puxada pela crise da cana-de-açúcar na Índia em 1994, a exportação de açúcar pelo Brasil é a mais expressiva no período, mas, também destaca-se a exportação de ferro fundido e aço; plásticos; minérios e gorduras animais ou vegetais.

Mesmo em função dos fortes incentivos para os exportadores indianos com desejo de se inserir no mercado latino-americano, o saldo da balança comercial do Brasil em relação à Índia se mostra superavitário na maior parte do período, conforme indica a Gráfico 2:

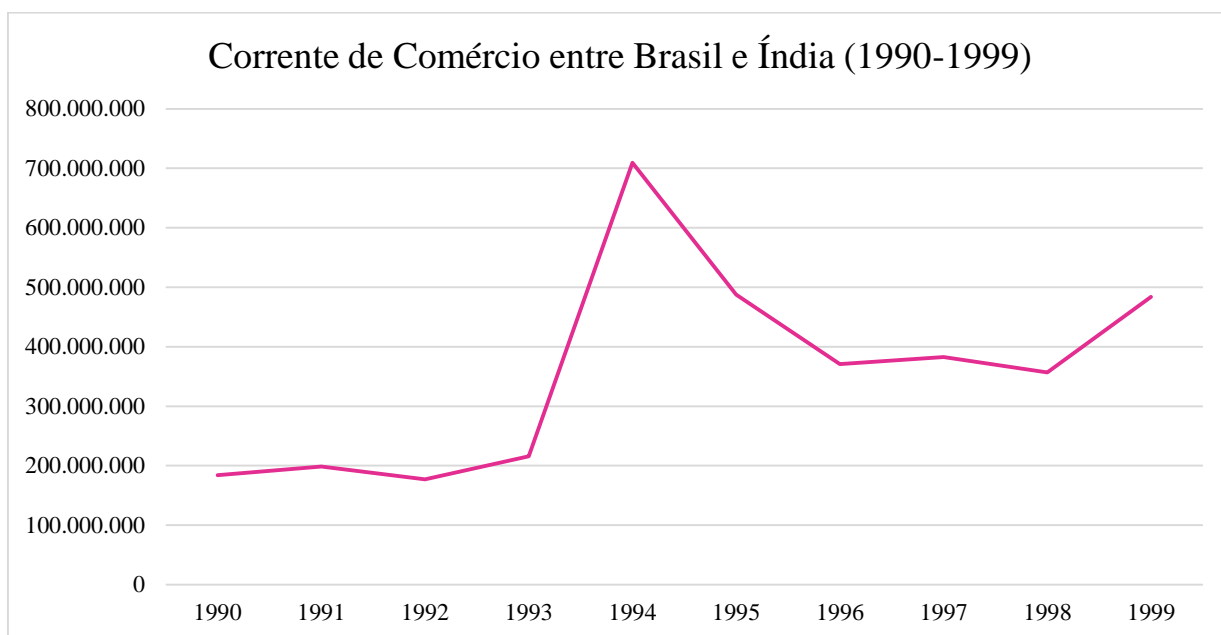
Gráfico 2 – Saldo da Balança Comercial do Brasil em Relação à Índia (1990-1999) em US\$ FOB



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2014)

O Gráfico 3 mostra a evolução da corrente de comércio entre Brasil e Índia no período de 1990 a 1999. Desconsiderando a anomalia de 1994, o que se percebe é uma tendência de crescimento no comércio entre os dois países, corroborando a hipótese de uma maior aproximação comercial do Brasil com a Índia após a abertura econômica destes países.

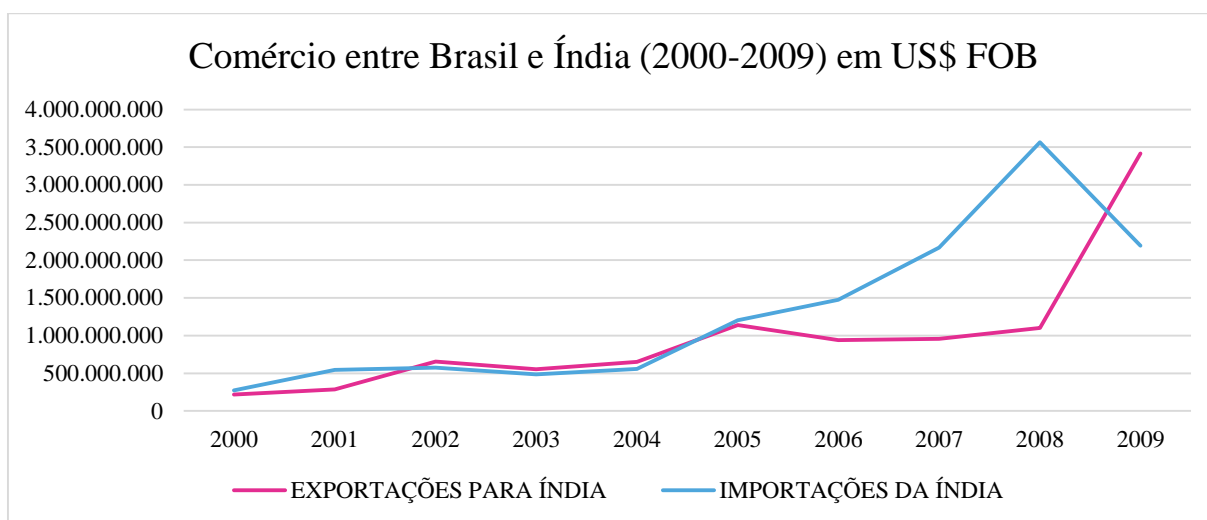
Gráfico 3: Corrente de Comércio entre Brasil e Índia (1990-1999) em US\$ FOB



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2014)

No período posterior, com a mudança da conjuntura indiana em razão dos compromissos assumidos na OMC, o comércio indo-brasileiro será alterado e, de certa forma, fortalecido. Como foi discutido na seção anterior, os incentivos do governo indiano também se intensificam no novo milênio, o que resulta em uma nova Política de Comércio Exterior da Índia. Estes dados podem ser apreciados no Gráfico 4, que apresenta dados do comércio entre Brasil e a Índia entre 2000 e 2009:

Gráfico 4 – Comércio entre Brasil e Índia (2000-2009) em US\$ FOB



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2014)

Analisando o Gráfico 4, podemos observar que a escala dos fluxos de comércio entre Brasil e Índia entre os anos de 2000 e 2009 é significativamente maior que no período anterior, mas a tendência de crescimento, em geral, se mantém, com destaque para uma maior aceleração das importações com origem indiana.

A pauta das exportações brasileiras para a Índia se mantém, de maneira geral, a mesma do período anterior. Os principais produtos continuam sendo açúcar; gorduras e óleos animais ou vegetais; minérios; ferro fundido e aço e produtos químicos; chama a atenção, porém, a crescente exportação de combustíveis e óleos minerais.

A pauta de importações brasileiras a partir da Índia, por sua vez, se altera significativamente. Destacam-se os combustíveis e óleos minerais; produtos químicos; produtos farmacêuticos; máquinas, aparelhos e materiais elétricos e filamentos sintéticos ou artificiais. O algodão e as fibras sintéticas também aparecem com relativo destaque.

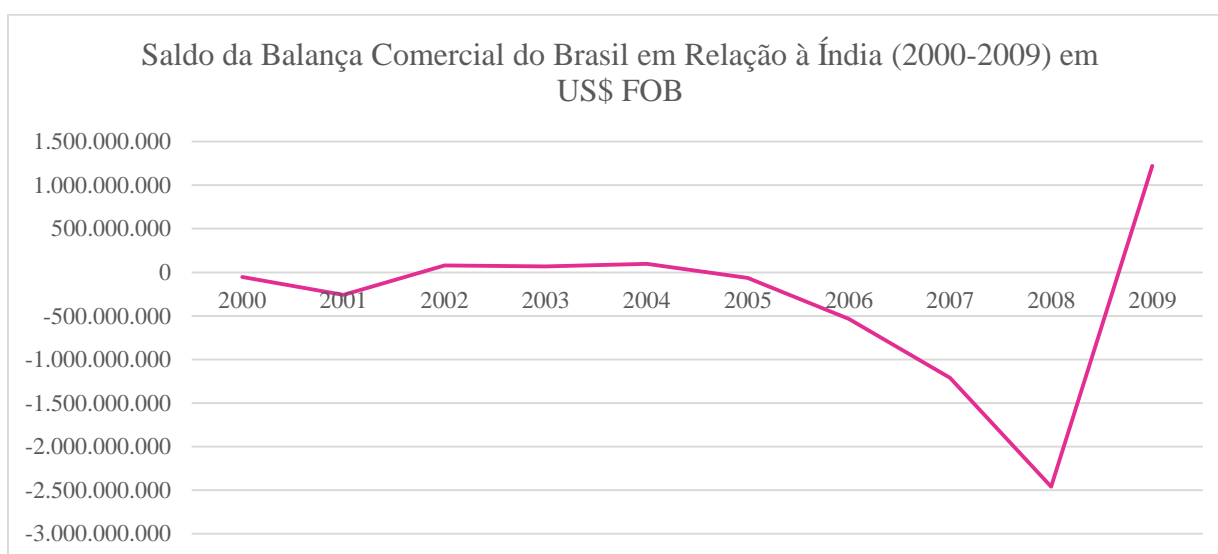
Neste contexto, cabe destacar um setor específico, de grande relevância para os dois países: o comércio de fármacos interessava a ambos os governos e teve importância significativa no período. Como as margens de lucro no mercado interno indiano são controladas pelo governo, os laboratórios indianos consideram os mercados externos muito mais vantajosos; ao mesmo tempo, a saída encontrada pelos fabricantes indianos agradou o governo no sentido de equilibrar a balança comercial deficitária do país. Para o governo brasileiro, a entrada dos fármacos indianos aumentaria a concorrência, diminuindo os preços praticados no Brasil; além disso, a importação de matéria prima de baixo custo fomentaria o uso e a produção de medicamentos genéricos.

O que podemos inferir com base na pauta comercial entre Brasil e Índia é que, em geral, os produtos indianos importados pelo Brasil são de maior valor agregado, enquanto os produtos brasileiros são, em sua maioria, matérias-primas ou produtos agrícolas. De acordo com Fonseca e Velloso (2005),

As vendas brasileiras à Índia diferem do perfil da exportação do país para o resto do mundo. Para o mundo, a receita das exportações brasileiras é, em sua maioria, proveniente da venda de produtos manufaturados, especialmente os intensivos em economia de escala. Já as vendas para a Índia são pesadamente concentradas em produtos semimanufaturados de origem agrícola intensivos em trabalho, e mais recentemente, energéticos. As exportações indianas para o Brasil também diferem do perfil das exportações totais da Índia. As vendas de manufaturados intensivos em P&D para o Brasil são muito mais expressivas, em termos relativos, que as destinadas para o resto do mundo. (FONSECA; VELLOSO, 2005, p.5).

Os efeitos desta diferença do perfil de produtos exportados pelo Brasil e pela Índia podem ser constatados no Gráfico 5, que apresenta o Saldo da Balança Comercial do Brasil em relação à Índia no período entre 2000 e 2009:

Gráfico 5 – Saldo da Balança Comercial do Brasil em Relação à Índia (2000-2009) em US\$ FOB

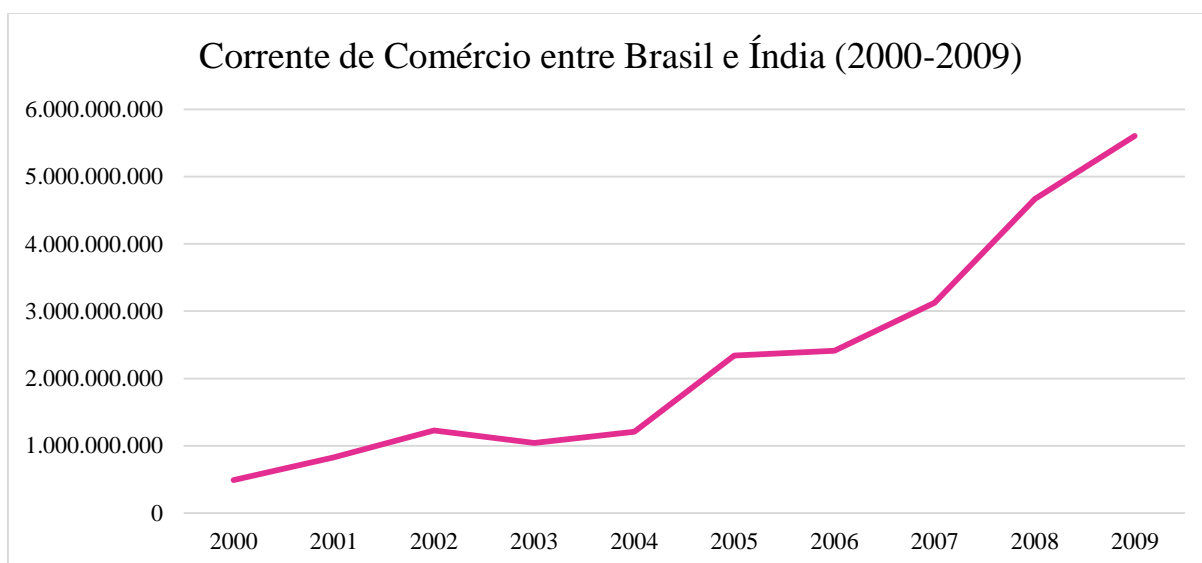


Fonte: Elaborado pela autora com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2014)

Como indica o Gráfico 5, o saldo da balança comercial do Brasil em relação à Índia no período foi, na maior parte, deficitário. Até 2005, houve um certo equilíbrio no comércio dos dois países, mas nos anos de 2006, 2007 e 2008, o déficit brasileiro foi bastante expressivo, alcançando 2,4 bilhões de dólares. Apesar disso, a curva mostra uma tendência de recuperação a partir de 2008.

No que tange à corrente de comércio entre os dois países, é interessante observar no Gráfico 6 a tendência de crescimento mais acelerada do que no período analisado anteriormente, e que, inclusive, não sofre abalos da crise econômica mundial que se inicia em 2008. Particularmente, a partir de 2004, o comércio entre os dois países se intensifica de maneira significativa, principalmente em função de iniciativas como o IBAS e o G20, que proporcionam um relacionamento mais próximo, afetando positivamente o comércio.

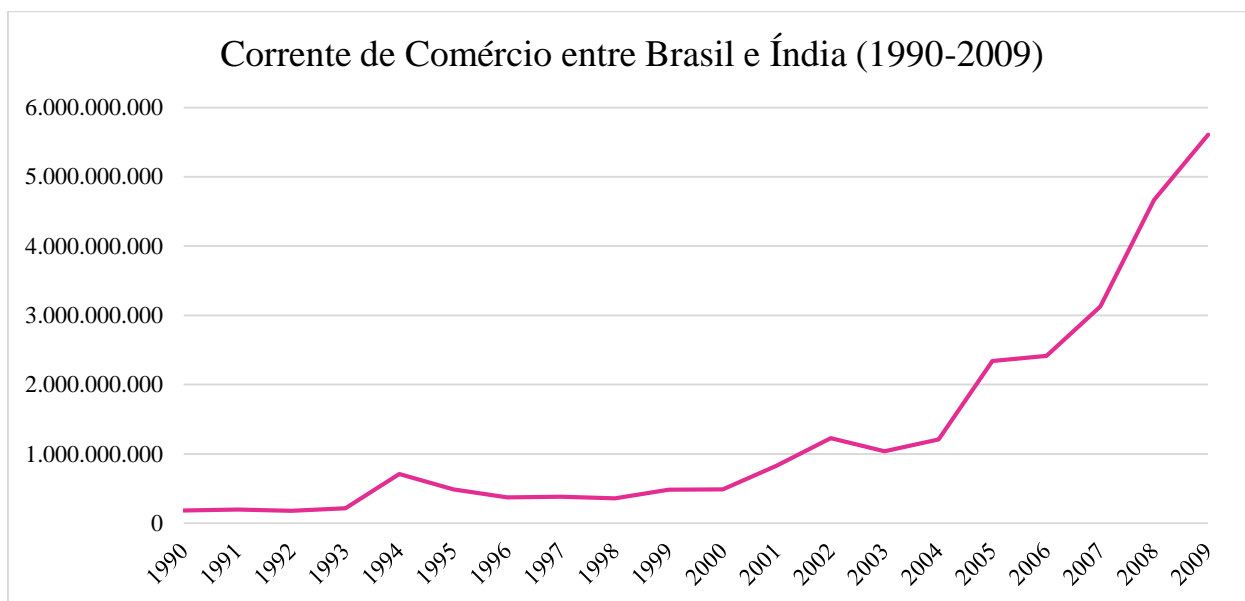
Gráfico 6 – Corrente de Comércio entre Brasil e Índia (2000-2009) em US\$ FOB



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2014)

Com base nesta análise histórica dos fluxos de comércio entre Índia e Brasil, podemos dizer que houve uma aproximação comercial bastante intensa entre os dois países após as suas aberturas comerciais. Esta aproximação se deu de maneira mais acentuada a partir dos anos 2000, quando as reformas liberalizantes realizadas nos dois países já estarão maduras e seus mercados mais consolidados no que se refere ao comércio internacional.

Essas conclusões ficam evidentes quando observamos a corrente de comércio entre Brasil e Índia para todo o período analisado, englobando as décadas de 1990 e 2000. Os valores destes fluxos crescem com uma tendência exponencial após as aberturas das economias, atingindo números da ordem de 5,6 bilhões de dólares ao final dos anos 2000, conforme indica o Gráfico 7.

Gráfico 7 – Corrente de Comércio entre Brasil e Índia (2000-2009) em US\$ FOB

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2014)

Neste segundo capítulo, vimos como as relações bilaterais entre a Índia e o Brasil evoluíram, principalmente no aspecto comercial, a partir de 1990. Analisando as iniciativas dos dois governos, percebemos que há uma aproximação crescente entre os dois países ao longo dos 20 anos contemplados no estudo.

Os dados econômicos do período permitem confirmar parcialmente a hipótese central deste trabalho, de que houve uma aproximação nas relações bilaterais entre Brasil e Índia após a abertura econômica dos dois países. No próximo capítulo, as perspectivas de cooperação política entre Brasil e Índia serão debatidas, levando em conta aspectos bilaterais e multilaterais deste relacionamento.

4 PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ÍNDIA

Com o objetivo de ampliar o escopo da discussão sobre as relações entre Brasil e Índia após suas respectivas aberturas econômicas a partir da década de 1990, neste terceiro capítulo serão abordados aspectos políticos deste relacionamento e perspectivas de cooperação entre os dois países, nos âmbitos bilateral e multilateral. Neste sentido, serão descritas e analisadas as iniciativas de ambos os países para aproximação no âmbito da política internacional, para entender o processo que resultou na criação de organismos como o IBAS, o G20 e o BRICS, e o fortalecimento da cooperação bilateral.

4.1 COOPERAÇÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E ÍNDIA

A perspectiva de cooperação bilateral entre Índia e Brasil não parecia óbvia no início da década de 1990. Em 1996, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, em um seminário de preparação a sua viagem à Índia, concluiu que “O Brasil e a Índia não estão necessariamente predestinados a cooperar, e que qualquer iniciativa nessa direção depende de avaliação concreta e realista do potencial de cooperação num cenário mundial em constante transformação após o fim da Guerra Fria.” (EXTERIORES, 1995¹⁴ apud VIEIRA 2007). Assim, os resultados que hoje observamos em termos de cooperação e integração entre os dois países devem ser vistos como efeitos de uma decisão deliberada pela construção de um relacionamento diversificado e intenso.

Como visto no capítulo anterior, foi a partir da visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Índia, em 1996, que as relações entre os dois países passaram a apresentar uma nova dinâmica, com uma atitude menos reativa e mais proativa por parte do Brasil. Além dos aspectos comerciais desta visita, já debatidos, ressalta-se a assinatura de uma Declaração Conjunta Brasil Índia, que expressava a elegibilidade de ambos países para um eventual Conselho de Segurança expandido. Nesta ocasião também foram assinados um memorando a respeito de Energia Nuclear – que seria denunciado pelo governo brasileiro em 1998 em função dos testes nucleares indianos – e uma Agenda Comum para o Meio-Ambiente, que tinha como objetivo respaldar consultas sobre as respectivas posições sobre o tema em fóruns multilaterais, tendo em mente as negociações do Protocolo de Quioto.

¹⁴ EXTERIORES. [Circular OF0065] 15 jan 1995. Brasília [para] Brasemb, Nova Delhi. 1 p. Seminário do IPRI.

O contato político teve prosseguimento em 1997 com a visita à Índia da Primeira Dama Brasileira, Ruth Cardoso, com objetivo de trocar informações sobre desenvolvimento social, e com a visita ao Brasil do Ministro da Agricultura indiano, Chaturanan Mishra, com objetivo de discutir a renovação do rebanho zebuino brasileiro. Em 1998, o Presidente indiano Narayanan veio ao Brasil, ocasião em que foram assinados memorandos de cooperação nos campos das Academias Diplomáticas, Ciência e Tecnologia e Saúde e Medicina. Todas estas iniciativas representaram, segundo Vieira (2007), “[...] a materialização das intenções políticas de cooperação entre o Brasil e a Índia. A tônica indiana [...] dava-se em relação ao potencial incremento da corrente comercial entre os dois países.” (VIEIRA, 2007, p.80).

Stuenkel (2010) avalia essa primeira fase de aproximação dos dois países, desde o final da Guerra Fria até as vésperas do novo milênio, de maneira sistemática:

O fim da Guerra Fria trouxe mudanças fundamentais no cenário geopolítico, permitindo que Brasil e Índia tivessem um recomeço. Naquele momento, a Índia estava passando por uma mudança de paradigma, quando começou a aumentar seu perfil internacional na esfera econômica. O Presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) interpretou o fim da Guerra Fria de maneira similar, liberalizou a economia e decidiu pragmaticamente diversificar os parceiros do Brasil. Enquanto não abandonou aliados tradicionais na Europa e na América do Norte, Cardoso cuidadosamente articulou e implementou uma nova estratégia global para o Brasil, que envolveu laços mais fortes com outros países em desenvolvimento como a Índia. (STUENKEL, 2010, p.293, tradução nossa¹⁵).

Sobre a nova fase do relacionamento, iniciada a partir dos anos 2000, Vieira (2007) considera que:

[...] o novo milênio encontra os dois países empenhados reciprocamente em desenvolver ações práticas a fim de materializar seu desejo de aproximação. A tônica do período estava centrada nos programas que os governos brasileiro e indiano lançaram, bem como na atenção dispendida por seus governantes – das mais diversas esferas de poder – em tratativas com o outro país. (VIEIRA, 2007, p.92).

Neste novo momento, a cooperação entre os dois países aflora – como são países de características semelhantes, compartilham de muitas das mazelas que afetam suas sociedades. De acordo com Simão (2011),

¹⁵ Do original: *The end of the Cold War brought fundamental change to the geopolitical landscape, allowing Brazil and India to make a fresh start. At the time, India was undergoing a paradigm shift as it began to increase its international profile in the economic realm. Brazil's President Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) interpreted the end of the Cold War in a similar fashion, liberalized the economy and pragmatically decided to diversify Brazil's partnerships. While not abandoning traditional allies in Europe and North America, Cardoso carefully articulated and implemented Brazil's new global strategy, which involved stronger ties with other developing countries such as India.*

Brasil e Índia, para além de compartilharem o *status* de potência regional e de serem reconhecidamente países democráticos, dividem também alguns problemas econômicos e sociais. Dentre eles, destacam-se a concentração de riqueza e renda; a precariedade nos serviços públicos de saúde e educação; a concepção de Estado, com forte caráter patrimonialista e, sobretudo, a busca intensa pelo aumento do comércio externo a partir do início do novo século. Estes desafios se presentificam objetivamente quando aferimos alguns índices sociais e econômicos, que além de demonstrarem a complexidade dos problemas sociais que ambos os países enfrentam, evidenciam a necessidade da implementação de políticas públicas consistentes. Políticas estas que precisam responder de forma efetiva aos desafios que acompanham, historicamente os índices positivos de desenvolvimento, que ambos os países têm apresentados internacionalmente e que garantem a respectiva projeção regional de cada nação. (SIMÃO, 2011, p.7-8).

Assim, o novo milênio marca um momento de comunhão de *know-how* para combater estes problemas sociais.

Tanto o governo indiano quanto o brasileiro consideravam que mitigar os problemas relativos à pobreza era essencial para promover o desenvolvimento social e econômico, através da dinamização do mercado interno e de uma maior integração de suas economias no mundo liberalizado, com a fim de diminuir os impactos negativos da globalização. Neste sentido, duas missões parlamentares brasileiras viajaram à Índia no ano 2000, com o objetivo de conhecer soluções que haviam sido aplicadas com sucesso nos problemas sociais indianos – destacando-se o programa de crédito cooperativo indiano, os instrumentos de erradicação da pobreza e projetos nas áreas de desenvolvimento rural e distribuição de alimentos.

Além da cooperação maciça no âmbito social, a Índia considerava o Brasil um importante aliado na modernização do seu setor energético. Em 2001, o Brasil prestou serviços de consultoria na área, em resposta a um pedido do Ministério de Energia indiano. Ainda no setor energético, cabe ressaltar visitas indianas ao Brasil com o objetivo de conhecer a ELETROBRAS e o PROALCOOL¹⁶ (VIEIRA, 2007).

A partir de 2003, com o início do Governo Lula e a inauguração de uma política externa mais voltada para a busca da autonomia, há uma mudança importante no relacionamento indo-brasileiro, embora os objetivos estratégicos que os governos tinham um em relação ao outro tenham sido mantidos. Isso se deve ao surgimento de uma terceira parte, representada pela África do Sul, através da formação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), que será discutido posteriormente.

De acordo com Vieira,

¹⁶ Programa Nacional do Álcool

Quase todos os interesses de cooperação do IBAS, apontados em seus documentos, faziam parte da antiga pauta de discussões com a Índia. Sob certos aspectos, isto causou um deslocamento das prioridades, pois já haviam problemas de coordenação suficientes com o parceiro asiático para que tudo aquilo estivesse baseado em vagas questões ideológicas já que, como visto, o governo indiano mantinha interesses primordialmente comerciais em relação ao Brasil. (VIEIRA, 2007, p.129).

Apesar da importância dos aspectos multilaterais que passam a surgir em 2003, o âmbito bilateral não deixa de ter vital importância no relacionamento entre os dois países, pois a Índia, desde o discurso de posse, foi vista como uma prioridade na política externa do governo Lula. O entusiasmo brasileiro pode ser visto como um fator de estímulo ao relacionamento, que de fato se iniciou durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, somando-se ao fato de que Lula era considerado um líder de uma das maiores democracias do mundo e exaltado pelos seus compromissos de erradicar a fome e de tornar a ordem internacional mais democrática.

Nas relações bilaterais entre os dois países, destaca-se a realização da primeira reunião da Comissão Mista Brasil – Índia em Nova Délhi em 2003. De acordo com o Comunicado Conjunto Brasil – Índia emitido em 21 de outubro de 2003, foram criados Grupos de Trabalho em áreas de cooperação como ciência e tecnologia, espacial, temas sociais, saúde, energia, transportes, agricultura, turismo, comércio, cultura e educação. Além disso, o comunicado informa que “Os dois lados notaram o considerável crescimento no intercâmbio comercial bilateral, que triplicou entre 1998 e 2002, chegando a 1,2 bilhão de dólares. As estatísticas referentes a 2003 mostram que essa tendência positiva continua.” (BRASIL, 2003 – Ministério das Relações Exteriores).

Ainda no que tange à cooperação bilateral, levando em conta a similaridade dos problemas sociais enfrentados pelos dois países e a possibilidade de aprender reciprocamente com suas experiências na área social, “Os chanceleres concordaram com a necessidade de os dois países cooperarem em novas áreas, como o combate ao analfabetismo e à fome e a redução da pobreza.” (BRASIL, 2003 – Ministério das Relações Exteriores).

A Comissão Mista também tratou de assuntos do campo multilateral, expressando seu apoio à reforma da ONU com objetivo de democratização do sistema internacional, além de examinar os progressos alcançados pelo IBAS e, no âmbito da OMC, pelo G20, reforçando a intenção de coordenar posições neste grupo, com objetivo de promover os interesses dos países em desenvolvimento.

A Índia, desde o discurso de posse, foi vista como uma prioridade na política externa do governo Lula, e o entusiasmo brasileiro pode ser visto como um fator de estímulo ao relacionamento, que de fato se iniciou durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Além

disso, Lula era considerado um líder de uma das maiores democracias do mundo e exaltado pelos seus compromissos de erradicar a fome e de tornar a ordem internacional mais democrática.

Durante a visita do presidente Lula à Índia em 2004, foram realizados dois importantes eventos, sendo eles a Primeira Reunião da Agenda Comum Brasil – Índia para o Meio Ambiente e o Encontro Brasil-Índia – Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas e Possibilidades. De acordo com o presidente Lula, em seu discurso na solenidade de abertura do encontro, o desenvolvimento sustentável, “[...] que envolve dimensões ambientais, sociais e econômicas, é hoje uma preocupação planetária. Exige a integração de diversas áreas do conhecimento humano. Pede ações em todos os países e a constante parceria entre Governos e todos os segmentos da sociedade.” (SILVA, 2004). Ainda segundo o presidente, a importância do evento, o primeiro sobre desenvolvimento sustentável realizado entre Brasil e Índia, estava justamente no maior conhecimento mútuo, na maior compreensão dos desafios e na identificação da possibilidade de parcerias: “Brasil e Índia contam com rica experiência de pesquisa em desenvolvimento sustentável e um importante acerto de projetos implantados. Dispõem de experiência na elaboração de leis de proteção ambiental e sua implementação, por vezes muito difícil.” (SILVA, 2004).

Ao longo do discurso, o presidente Lula cita como exemplo iniciativas indianas quanto brasileiras que lograram avanços no campo do desenvolvimento sustentável, condicionando a inserção internacional de ambos países à capacidade de “[...] vencer a exclusão social, a fome e o desemprego.” (SILVA, 2004) e estimulando a cooperação entre Índia e Brasil para avançar quanto aos problemas sociais - e é com estas ideias que Lula conclui o seu discurso:

Acho que este século – em que os países em desenvolvimento, os países com grandes potencialidades, com grande extensão territorial, com potencial científico e tecnológico, e que têm os compromissos com a humanidade que têm Índia e Brasil – certamente será o século em que passaremos a fazer a parte da chamada economia em crescimento de verdade, será o século em que passaremos a ocupar espaços geográficos importantes no comércio exterior e será o século em que deixaremos de ser pobres e passaremos a fazer parte do mundo que vive com uma certa abundância. Mas isso só será justo e só terá sentido se conseguirmos levar, junto com o crescimento, os milhões de indianos e de brasileiros que, ao longo de séculos, ficaram para trás, passando privações. A hora é de desenvolvimento. A hora é de acordos bilaterais. Mas a hora mais importante é a hora de políticas de inclusão social, porque é para isso que fomos eleitos e é para isso que ganhamos as eleições. (SILVA, 2004).

Pode-se dizer que muitos dos assuntos pertinentes ao relacionamento bilateral entre Índia e Brasil foram estimulados pelo IBAS, que possibilitou mais encontros entre os chefes de governo dos dois países. Assim, em 2006, quando o Primeiro Ministro Manmohan Singh veio

ao Brasil participar do Encontro de Cúpula do IBAS, também reservou parte de sua agenda para tratar de temas bilaterais. “Em realidade, comparados aos acordos assinados pelo IBAS, os que envolveram somente Índia e Brasil foram mais assertivos, demonstrando o nível de maturidade no qual se encontravam as tratativas entre os dois países” (VIEIRA, 2007, p.133).

Outro aspecto importante no relacionamento dos dois países é a abertura do Consulado-Geral do Brasil em Mumbai em 2006, inserido num contexto de abertura de postos diplomáticos em países em desenvolvimento, como resultado de uma política externa tendo em vista a autonomia e a cooperação Sul-Sul.

4.2 ASPECTOS MULTILATERAIS DO RELACIONAMENTO ENTRE BRASIL E ÍNDIA

Em função da coordenação na direção de temas comuns entre o Brasil e a Índia, a análise dos aspectos multilaterais das relações entre os dois países será centrada na atuação de ambos nos fóruns internacionais, levando em conta tanto as negociações em organizações como o GATT e, posteriormente, a OMC, quanto a formação de blocos como os BRICS e o IBAS. Assim, será possível considerar as funções de liderança assumidas pela Índia e pelo Brasil a frente dos países em desenvolvimento em fóruns de maior escopo, bem como suas iniciativas para a constituição dos grupos citados anteriormente.

A discussão do papel desempenhado por Índia e Brasil nas negociações da Rodada Uruguaí do GATT, entre 1986 e 1994, é fundamental quando se estuda a mudança do paradigma de inserção internacional destes países após as suas respectivas aberturas econômicas. É notável que ambos buscaram uma posição de liderança regional e também frente ao grande bloco de países em desenvolvimento. Guimarães (2005) corrobora esta ideia, considerando que “[...] o Brasil talvez tenha sido, ao lado da Índia, o mais importante e decisivo país em desenvolvimento ao longo dos nove anos de negociações.” (GUIMARÃES, 2005, p.14). O mesmo autor considera que “a mudança no posicionamento brasileiro em diversos momentos da Rodada coincide com a posição indiana.” (GUIMARÃES, 2005, p. 79), em grande parte porque a economia dos dois países, por ser bastante diversificada, abria novas possibilidades de ganhos no âmbito do GATT, por meio de coalizões mais pragmáticas.

Em linhas gerais, os dois países atuaram juntos no G5 (Brasil, Índia, Argentina, Iugoslávia e Egito), quando buscaram concluir os impasses da rodada anterior antes que se iniciasse uma nova; bem como participaram na liderança do G-10, grupo surgido em 1982 com objetivo de questionar a agenda proposta pelos EUA, deixando de fora da pauta de negociações do GATT o tema dos serviços e propriedade intelectual (VIEIRA, 2007).

Ainda na temática do GATT, cabe ressaltar a ideia de hierarquia interna levantada por Guimarães, sob liderança do Brasil e da Índia:

De acordo com Rothstein, boa parte da agenda do Sul era determinada pelos mais avançados países em desenvolvimento (Brasil e Índia). Mesmo quando ocorriam perdas por conta de determinado posicionamento nas negociações, os países em desenvolvimento mais avançados tinham geralmente os mercados assegurados entre si. Oxley também aponta que o fato de que o IGDC não operava de maneira estruturada e boa parte das propostas era realizada pela liderança de Brasil e Índia. Desse modo, havia uma hierarquização dentro da coalizão. Os ganhos políticos da liderança eram maiores que os ganhos econômicos e davam motivação para que Brasil e Índia dessem conta de eventuais perdas com posicionamentos arriscados. A manutenção da liderança fazia parte da estratégia dos mais avançados, mesmo quando feria interesses nacionais. (GUIMARÃES, 2005).

Observa-se que com a instituição da OMC em 1995, o Brasil e a Índia seguiram na posição de liderança dos países em desenvolvimento, a exemplo do comportamento durante a Rodada Uruguai. Entretanto, as posições deixaram de ser fruto de coincidências, passando a ser determinadas de maneira concertada entre os dois países. A nova instituição também contribuiu para o surgimento de novas possibilidades que se tornaram uma razão para o aumento do interesse da Índia pelo Brasil. Chakraborty considera que, para os indianos, havia a necessidade de “[...] construir alianças para as negociações ocorridas no âmbito da OMC e a convergência de posições em relação a questões como o comércio de serviços, agricultura, barreiras não tarifárias e propriedade intelectual.” (CHAKRABORTY, 2005 apud VIEIRA, 2007). O fim da Guerra Fria também representava, para o governo brasileiro, a possibilidade de desenvolver as relações com a Índia de maneira mais desenvolta, sem a restrição dos blocos predominantes no período anterior.

Um fato que deixou evidente a coordenação entre Índia e Brasil foi a discussão a respeito de medicamentos antirretrovirais para tratamento do HIV/Aids no âmbito da OMC em 2001. Nesse ano, o governo brasileiro licenciou a produção doméstica destes medicamentos, com base na exceção garantida pelo Artigo 31 do Acordo TRIPs¹⁷, gerando a solicitação norte-americana de um painel na OMC contra a lei de patentes brasileira. Entretanto, esta iniciativa foi aclamada

¹⁷ O Acordo TRIPs, do inglês *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*, é um tratado internacional resultante das discussões da Rodada Uruguai do GATT. O assunto da propriedade intelectual foi incluído na agenda das negociações por pressão de países desenvolvidos, contrariando o desejo dos países em desenvolvimento liderados pelo Brasil e pela Índia. De acordo com Silveira (2011), “o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio [...] foi o primeiro a introduzir a propriedade intelectual no sistema multilateral de comércio, visando estabelecer requisitos mínimos de proteção a propriedade intelectual, com validade para todos os países membros da OMC” (SILVEIRA, 2011, p.37). O Acordo contempla os sete principais tipos de propriedade intelectual: direito do autor e direitos conexos, marcas, indicações geográficas, desenhos industriais, patentes, topografias de circuitos integrados e proteção de informação confidencial.

na Índia, pela sua própria capacidade de produzir tais medicamentos com custos inferiores aos dos produtos patenteados e pela possibilidade de inserção no mercado africano e brasileiro. Esta primeira aliança entre Índia, Brasil e países africanos foi extremamente produtiva no âmbito da OMC:

Ao final, a unidade entre os países em desenvolvimento esmigalhou-se em Doha, mas a declaração sobre o acordo TRIPs mostrou que pequenos avanços são possíveis. O Brasil trouxe à mesa de negociações um argumento social, com o sucesso de seu programa de HIV/Aids. A Índia trouxe um argumento econômico, com sua indústria farmacêutica doméstica de baixo custo. A África trouxe um argumento moral, com seus milhões de pacientes portadores de HIV/Aids, que necessitam de tratamento barato. À eles, uniram-se ONGs globais, que moldaram a opinião pública com suas campanhas relativas a pacientes enfermos versus medicamentos caríssimos. Esta foi a primeira aliança de base tão ampla na OMC, e teve sucesso. (REDDY, 2001¹⁸ apud VIEIRA, 2007).

Dando continuidade a esta ideia de coordenação política em fóruns multilaterais, o ano de 2003 representa uma virada importante no relacionamento entre o Brasil e a Índia. Esta nova fase se dá principalmente pelo início do governo Lula e pela nomeação de Celso Amorim para o Ministério das Relações Exteriores. Surgem neste ano o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) – também conhecido como G3 – e o G20, grupo de países em desenvolvimento com foco em políticas voltadas para o setor agrícola, com base na Agenda para o Desenvolvimento proposta em Doha.

Segundo Vizontini (2009), a formação dos dois grupos se inserem em um mesmo contexto de formulação de política externa no Brasil:

As iniciativas de geometria variável que a política externa brasileira inaugurou no início do século XX, como as do G-3 e do G-20 [...] são resultado de uma contínua e flexível busca de espaço de atuação internacional por parte da diplomacia brasileira e resultam de uma leitura realista das mudanças em curso no sistema mundial. Representam, também, uma forma de contínua adaptação de uma estratégia voltada ao apoio ao desenvolvimento e, mais discretamente, de ampliação do poder nacional. (VIZENTINI, 2009, p.2).

Além deste contexto interno, o autor considera que desde o fim da Guerra Fria, há um retorno dos grandes países periféricos ao jogo diplomático mundial, valendo-se da definição de Samuel Guimarães para este conjunto de países: “Os grandes Estados periféricos são aqueles países não-desenvolvidos, de grande população e de grande território, não inóspito, razoavelmente passível de exploração econômica e onde se constituíram estruturas industriais e mercados internos significativos.” (GUIMARÃES, 1999, p.21). Em função destas

¹⁸ REDDY, Rammanohar. Trips agreement. **The Hindu**, New Delhi, p.9, 24 nov 2001.

potencialidades que os grandes países periféricos, como o Brasil e a Índia, buscam ter uma atuação menos passiva na estruturação da ordem internacional.

É neste sentido que se organiza o IBAS em junho de 2003, impulsionado pelo presidente sul-africano, Thabo Mbeki. Segundo Vieira (2007),

O IBAS, organismo baseado ideologicamente em uma concepção de cooperação Sul-Sul, é uma iniciativa promissora em muitos aspectos. Em termos políticos, a coalizão tem o potencial de assegurar um protagonismo para seus membros, proveniente da concertação de seus interesses e posicionamentos em fóruns multilaterais. Em termos econômicos, [...]o fluxo trilateral pode aumentar trazendo, além dos supostos benefícios advindos do desvio do atual comércio com o norte para o sul, a materialização de uma união conformada por elos quase que indissolúveis. No que tange à cooperação para o desenvolvimento conjunto de tecnologia, as iniciativas até então realizadas demonstram bons prognósticos de avanço, respeitando-se os limites da “generosidade” em ceder *know-how* de cada um dos países. E, por último, mas não menos importante, o IBAS incorpora o enfoque relativo à mitigação de problemas socioeconômicos comuns aos três, sendo este um aspecto de grande valia para impulsionar o desenvolvimento destes países. (VIEIRA, 2007, p.119).

O presidente Lula, em artigo publicado pelo jornal O Globo em outubro de 2007, considera fundamental a constituição do IBAS no contexto da cooperação Sul-Sul:

Por sugestão do presidente Mbeki, África do Sul, Brasil e Índia decidiram dar um renovado impulso à cooperação Sul-Sul. É nossa resposta a uma ordem internacional desigual, incapaz de resolver os problemas do desenvolvimento e da segurança coletiva. Frente a ameaças e desafios como o terrorismo, a degradação ambiental e as pandemias, propomos mais cooperação, mais solidariedade. Concordamos que o ponto de partida deve ser uma estreita articulação entre três economias importantes da África, da América Latina e da Ásia. Juntos, estamos dando voz mais robusta ao Sul no encaminhamento dos temas prioritários da agenda internacional (SILVA, 2007).

Quanto à coerência do fórum, Bueno (2010) considera que:

O fórum IBAS caracteriza-se por ser uma parceria coerente, sobretudo pelo número reduzido de países que compõem esta coalizão e pelo fato de os três países possuírem posições comuns em diversos fóruns internacionais de cooperação e negociação. Previamente à institucionalização do Fórum, Índia, Brasil e África do Sul votaram igualmente em 96% das questões discutidas no âmbito da ONU, o que comprova os interesses comuns em temas internacionais e multilaterais. (BUENO, 2010, p.3).

Além deste alinhamento em temas multilaterais, também cabe ressaltar outras semelhanças entre os três países, como seu papel de liderança regional e o desejo de enfrentar os problemas sociais. O objetivo, segundo Celso Amorim, era de “[...] transformar essa

coincidência virtual numa cooperação real.” (ENTREVISTA CONJUNTA, 2003¹⁹ apud BUENO, 2010).

Quando da sua constituição, os países do IBAS (ou G3) assinalaram os principais pontos de coordenação política. Segundo Vizentini (2009),

[...] os três países acordaram a defesa dos seguintes princípios: a importância do respeito às regras do Direito Internacional, do fortalecimento da Organização das Nações Unidas e do Conselho de Segurança e da prioridade ao exercício da diplomacia como meio para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Reafirmaram a necessidade de combater as ameaças à paz e à segurança internacionais em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os instrumentos jurídicos de que são parte Brasil, Índia e África do Sul. Também defenderam a reforma da ONU, em particular o Conselho de Segurança. A esse respeito, frisaram a necessidade de o Conselho ser expandido nas categorias de membros permanentes e não-permanentes, com participação de países em desenvolvimento, em ambas categorias. Concordaram em conjugar esforços no sentido de aumentar a eficiência da Assembleia Geral e do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. (VIZENTINI, 2009, p.22).

Apesar de seu viés eminentemente político, a formação do IBAS ocorreu impulsionada por uma onda de crescimento do comércio entre os três países. Em 2002, o comércio entre Brasil e a Índia foi da ordem de 1,2 bilhões de dólares, um crescimento de 48% em relação ao ano anterior. África do Sul e a Índia, por sua vez, registraram trocas de 1,4 bilhões de dólares, um número 40% maior que no ano anterior. Por fim, o Brasil e a África do Sul tiveram intercâmbio da ordem de 1,1 bilhões de dólares. Há, portanto, uma mescla de objetivos políticos e econômicos na organização, o que lhe confere uma flexibilidade peculiar (VIEIRA, 2007).

Além das iniciativas políticas no âmbito do IBAS, é importante ressaltar a importância do Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza, criado em 2004. De acordo com Bueno,

Trata-se de uma iniciativa de cooperação internacional, nos moldes Sul-Sul, para financiamento e intercâmbio de melhores práticas de projetos nas áreas de saúde, educação, seguranças sanitária e alimentar que visem o combate à fome e à pobreza, operacionalizada no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (BUENO, 2010, p.14).

No que se refere à escolha dos projetos, os mesmos são selecionados e aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo, que também aloca e capta recursos. O financiamento dos projetos provém das contribuições anuais feitas pela Índia, pelo Brasil e pela África do Sul, por outros países doadores, por fundações filantrópicas e por organizações da sociedade civil. Basicamente, o Fundo se propõe a financiar projetos de alto potencial para reduzir a fome e a

¹⁹ ENTREVISTA CONJUNTA. 2003. Disponível em <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/grupos/ibas/entrevista.asp> Acesso em: 03 nov 2005

pobreza, que sejam autossustentáveis e replicáveis, voltados para as necessidades dos países de Menor Desenvolvimento Relativo ou em situação de pós-conflito.

De acordo com a página do Fundo IBAS no site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, até o momento foram concluídos sete projetos em cinco países (Burundi, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Haiti e Palestina) e nove projetos estão atualmente em execução, em sete países (Cabo Verde, Camboja, Guiné-Bissau, Laos, Palestina, Serra Leoa e Vietnã).

Pelo êxito na execução destes projetos, em 2006, o Fundo IBAS recebeu das Nações Unidas o Prêmio Parceria Sul-Sul, na categoria Aliança Sul-Sul, sendo considerado um modelo de cooperação entre países em desenvolvimento. Em 2010, o Fundo recebeu o Prêmio *Millennium Development Goals Awards*, concedido pelo *Millennium Development Goals Awards Committee*, ONG que busca promover as Metas do Milênio. Em 2012, foi reconhecido com o prêmio *South-South and Triangular Cooperation Champions Award*, entregue pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (ECSS), pela contribuição inovadora para a cooperação Sul-Sul e cooperação triangular.

Segundo Bueno (2010), o Fundo IBAS possui um aspecto de simbologia política muito superior a seus impactos empíricos:

Entende-se que o Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza se propõe a realizar projetos de pequeno escopo, que demandem baixa alocação de recursos humanos e financeiros, porém, a iniciativa do Fundo reflete a passagem destes países de receptores para doadores e, também, demonstra a vontade política dos três países em se tornar potências, dispostos a prover bens públicos, não apenas em suas regiões, mas também em outros países em desenvolvimento e, desta forma, se afirmar como líderes deste grupo de países (BUENO, 2010, p.16).

Outra iniciativa importante de cooperação multilateral que engloba o Brasil e a Índia é o G20, constituído em agosto de 2003 durante as reuniões preparatórias para V Conferência Ministerial da OMC, realizada em Cancun; o Grupo concentra sua atuação nas questões da agricultura, tema central da Agenda de Desenvolvimento de Doha. O movimento foi articulado e liderado pelo Brasil, junto com Argentina, China, Índia e África do Sul, e o seu número de membros variou ao longo de sua existência – sendo chamado de “G-X” ou “G-20 *plus*” pelo próprio chanceler brasileiro Celso Amorim.

Oliveira (2005) considera que o G20 “[...] pode ter representado o momento inaugural da proposta do governo Lula de adensamento do diálogo e das parcerias Sul-Sul em busca de

uma mudança de geografia comercial e política do mundo favorável aos países em desenvolvimento e aos PMDR²⁰.” (OLIVEIRA, 2005, p.9).

Atualmente o G20 conta com 24 membros, representando 60% da população mundial, 70% da população rural do mundo e 26% das exportações agrícolas mundiais. O grupo engloba países da África, Ásia, Europa e América Latina.

Por ocasião da primeira reunião ministerial do G20, o comunicado da reunião apontou e reafirmou os principais objetivos do grupo:

O G20 é uma coalizão de países formada para tratar das preocupações de seus membros, que são também comuns à maioria dos países em desenvolvimento, no que se refere a eliminação de práticas que distorcem o comércio e a produção agrícolas; a busca de aumento substancial de acesso a mercados; e seu desenvolvimento rural, segurança alimentar e/ou necessidades de subsistência dos agricultores nesses países (COMUNICADO DA REUNIÃO MINISTERIAL DO G20, 2003²¹ apud VIZENTINI, 2009).

O que marca a importância do G20 é uma mudança na postura destes países nas conferências da OMC, que passa de ser um veto reativo para uma agenda proativa, com capacidade técnica baseada em informações apuradas, o que permitia, mais do que dizer “não”, propor alternativas viáveis ao impasse. O que chama a atenção é justamente isto: ao invés de negociarem apenas em torno de fatores ideacionais e identitários, como ocorria com as coalizões de bloco do passado, tais como o movimento dos não-alinhados, o G20 negociou também como uma coalizão temática em torno de questões instrumentais (OLIVEIRA, 2005).

Iniciativas como o IBAS e o G20 se inserem num mesmo contexto da emergência de coalizões de um novo tipo, que permitem que países em desenvolvimento atuem como blocos, mas também estabeleçam coalizões temáticas, além de incorporar valores éticos e morais comuns a este grupo de países. Ambas iniciativas devem ser entendidas como esforços cooperativos Sul-Sul, “[...] isto é, um esforço por meio do qual países em desenvolvimento promovem um maior intercâmbio entre si, com o objetivo de avançar em seu desenvolvimento social, econômico e político.” (BUENO, 2010, p.16).

Ainda em um contexto de iniciativas multilaterais recentes com envolvimento do Brasil e da Índia, é fundamental falar dos BRICS. O grupo, cuja sigla foi inicialmente formulada pelo banco Goldman Sachs como instrumento de marketing financeiro, estabeleceu-se como mecanismo político diplomático – diferenciando-se de outros grupos de países como por exemplo os *Next Eleven* (Indonésia, Bangladesh, Egito, Irã, México, Nigéria, Paquistão,

²⁰ Países de Menor Desenvolvimento Relativo

²¹ Comunicado da Reunião Ministerial do G-20. Brasília, 12 de dezembro de 2003.

Filipinas, Coreia do Sul, Turquia e Vietnã) e os CIVETS (Colômbia, Indonésia, Vietnã, Egito, Turquia e África do Sul).

Segundo Reis (2012),

[...] o que causa espanto, perplexidade, ceticismo, admiração, receio ou esperança não é o conceito destinado a identificar economias com imenso potencial de crescimento nas próximas décadas, mas sim o surgimento dos BRICS como mecanismo político-diplomático que se constitui em um momento de redesenho da governança global, em que se torna cada vez mais aguda a percepção do déficit de representatividade e, portanto, de legitimidade, das estruturas gestadas no pós-guerra. (REIS, 2012, p.33).

Esse processo de transformação de sigla de marketing econômico para um mecanismo político-diplomático, como apresentado por Reis, se dá em um contexto bastante específico, conforme descreve Flemes (2010):

[...] o ponto de partida é a atual ordem global, que reflete uma mistura de concerto de grandes potências e estruturas multi-regionais. A atual ordem global é constituída, de um lado, pela União Europeia (UE) como uma região relativamente funcional e, por outro lado, de muitas grandes potências sem regiões funcionais, como são os Estados Unidos, a China, a Rússia e a Índia. Em comparação, o Brasil é econômica, política e culturalmente muito mais interligado à sua região. O país também fornece bens coletivos de relativa estabilidade e segurança, bem como infraestrutura regional, considerando que a China, Rússia e Índia são vistos como potenciais ameaças por parte de alguns dos seus vizinhos regionais. Por outro lado, o Brasil não está disposto, ao contrário das potências europeias, a construir instituições regionais democráticas e representativas, incluindo processos participativos de tomada de decisão. Pode-se dizer, então, que o Brasil está numa encruzilhada e pode prosseguir ativamente suas estratégias globais com ou sem a sua região. (FLEMES, 2010, p.142).

O autor considera que a formalização das relações entre os países BRICS está inserida no contexto de busca de autonomia na política externa por meio da diplomacia, característica do governo Lula. A consolidação como bloco tem como objetivo equilibrar e democratizar a ordem internacional no início do século (FLEMES, 2010).

Essa busca por equilíbrio e democracia na ordem internacional decorre da falta de representatividade de países como Brasil, Índia e China, que contam com economias bastante expressivas, mas cotas de votos ínfimas no FMI, menores que Holanda ou Bélgica, por exemplo. Reis explica que “[...] essa circunstância abriu espaço para a conformação de novas instâncias de articulação e de coordenação envolvendo países em desenvolvimento.” (REIS, 2012, p.36). Ainda de acordo com a autora, o grupo dos BRICS surge para complementar a governança global, e não para com ela competir.

A primeira reunião formal de chanceleres dos BRICS ocorreu em maio de 2008, representando o surgimento do grupo como entidade político-diplomática. Nesta reunião se

produziu um Comunicado Conjunto, em que se destacam os compromissos pelo fortalecimento do multilateralismo, pela necessidade de reforma da ONU, pela necessidade de assegurar oportunidades iguais para o desenvolvimento de todos os países e pelo apoio à solução de disputas por meios políticos e diplomáticos. Além destes compromissos, haviam posições coincidentes quanto ao desarmamento, não proliferação, terrorismo e efeitos das mudanças climáticas (REIS, 2012).

A entrada oficial da África do Sul no grupo se deu na Terceira Cúpula dos BRICS, em abril de 2011. O ingresso sul-africano ampliou a representatividade dos países do grupo, consolidando o mesmo enquanto foro político integrado por representantes de quatro continentes.

Pode-se dizer que o bloco funciona em dois pilares de atuação, que vem sendo fortalecidos: a coordenação em fóruns multilaterais sobre temas de interesse comum e a construção de uma agenda de cooperação intra-bloco, especialmente em temas ligados ao desenvolvimento. O compromisso com estes temas ficou evidente em julho deste ano, quando os governos dos cinco países assinaram o acordo que criou o Banco de Desenvolvimento dos BRICS, com objetivo de financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento, seguindo a ideia do Fundo IBAS.

Para finalizar, analisando os dados apresentados ao longo desta monografia é possível afirmar que o processo de aproximação entre Brasil e Índia foi pautado por avanços lentos e graduais, que se tornam mais acentuados a partir dos anos 2000. Apesar dos primeiros impulsos ao aprofundamento dessas relações, a partir da abertura econômica de ambos no início da década de 1990, terem sido motivados pela ampliação dos fluxos comerciais entre os dois países, percebe-se que os laços comerciais são bastante tênues quando comparados aos avanços políticos e diplomáticos alcançados no relacionamento indo-brasileiro.

No que tange aos aspectos políticos, ao longo do período contemplado neste trabalho, o relacionamento do Brasil com a Índia sofreu diversas mudanças, principalmente ocasionadas por iniciativas multilaterais em que os dois países estiveram envolvidos – em muitos casos, assumindo posições de liderança cruciais pra a constituição de tais blocos. Além da atuação coordenada e conjunta em organismos de maior escopo, como o GATT e a OMC, Brasil e Índia atuaram de maneira muito próxima na formação de grupos como o IBAS, o G20 e o BRICS, fortalecendo seu relacionamento bilateral a partir das iniciativas multilaterais.

Os fluxos comerciais entre os dois países também se valeram da aproximação diplomática entre os dois países, reforçada pela formação do IBAS e do BRICS. Conforme descrito no segundo capítulo deste trabalho, os fluxos comerciais entre Brasil e Índia aumentam

de maneira bastante acentuada a partir de 2003, ano de formação do IBAS, alcançando índices expressivos da ordem de 5,6 bilhões de dólares em 2009²². Isso só foi possível graças ao relacionamento mais próximo entre os dois países nos fóruns supracitados, possibilitando que os aspectos bilaterais e comerciais também se fortalecessem.

²² Ver Gráfico 7

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim da década de 1980 e o início da década de 1990 marcam um ponto de inflexão importante na dinâmica do Sistema Internacional, dominado pela dicotomia Leste-Oeste por grande parte do século XX. Com a desintegração da União Soviética e o consequente fim da Guerra Fria, a nova ordem internacional que se estabelece é pautada pela multipolaridade. Neste sentido, as potências médias, como o Brasil, passam a buscar novos parceiros estratégicos, com o objetivo de maximizar sua influência no sistema internacional e minimizar suas vulnerabilidades – e é dentro deste contexto que emerge a chamada cooperação Sul-Sul, em que potências emergentes compartilham objetivos e mecanismos para solução de problemas.

Assim, este trabalho considerou que a aproximação entre Brasil e Índia é fortemente influenciada por esta tendência mundial de cooperação entre países em desenvolvimento. Além das estruturas do sistema internacional estarem mais favoráveis a este tipo de parceria, a aproximação dos dois países também deve ser entendida como fruto dos seus respectivos processos de abertura e liberalização da economia, condicionados pela ascensão de correntes de pensamento neoliberais na época.

O processo de abertura comercial do Brasil se insere no contexto de redemocratização do país, depois de mais de vinte anos de regime militar. Os dez primeiros anos de governo civil foram marcados pela busca de superação da crise econômica em que o Brasil se encontrava, simbolizada pelos altos níveis de inflação registrados (passando dos 200% ao ano) e pela crescente dívida externa. O fracasso dos programas de estabilização econômica implementados pelo governo de José Sarney (1985 – 1990) tornou a situação econômica do país insustentável, sendo um dos fatores que possibilitaria a eleição de Fernando Collor de Mello a presidente em 1989.

A eleição de Collor no Brasil pode ser vista como um eco da conjuntura internacional, com Reagan governando os Estados Unidos e Margareth Thatcher a frente do Reino Unido, sob as premissas do neoliberalismo e do Consenso de Washington. Em um momento crítico para a Guerra Fria, com a queda do Muro de Berlim e a iminente dissolução da URSS, a candidatura de Collor é vista como um contraponto ao discurso de Lula, alinhado ao “velho” modelo socialista. Internamente, pela primeira vez em 30 anos, o povo brasileiro foi às urnas escolher o Presidente da República, revelando seu desejo por um futuro diferente para o país – negando as condições de crise dos anos 1980 a partir de um ideário liberalizante.

De fato, o ideário liberalizante permeou as ações econômicas do governo Collor (1990 – 1992), tanto no sentido de estabilizar a moeda – através do Plano Brasil Novo, que, como os

planos anteriores, também foi malsucedido – quanto na busca por integrar o Brasil ao “Primeiro Mundo” por meio do comércio internacional. Mais do que o Plano Collor, o verdadeiro legado deste breve governo foi a reorientação econômica e externa do Estado promovida no período, com projetos de integração econômica e com a Política Industrial e de Comércio Exterior, além do fim das restrições não tarifárias para importações e exportações; a partir deste momento, segundo alguns autores, o Brasil abandona a noção varguista de industrialização nacional por substituição de importações.

Assim como a abertura econômica brasileira, a liberalização da economia indiana também pode ser vista como resultado da situação do país na década de 1980. Com a independência do Reino Unido em 1947, a Índia optou por uma via econômica mais fechada, priorizando a industrialização por substituição de importações e ampliação da ação do governo em áreas consideradas estratégicas da economia.

É neste período pós-independência que são lançados os primeiros Planos Quinquenais, com o objetivo de atingir metas de crescimento e modernização, além de maximizar os recursos produtivos disponíveis na Índia. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, gradativamente o governo passou a intervir cada vez mais na economia do país, restringindo importações, priorizando o setor de bens de capital e realizando nacionalizações de diversas empresas. Além de aumentar o crescimento do PIB, também havia uma preocupação em diminuir os níveis de pobreza no país.

A partir dos anos 1980 começa a ficar evidente que este modelo de desenvolvimento, bastante autárquico e com alto grau de intervenção estatal, não seria sustentável por muito tempo. Com a ascensão de Rajiv Gandhi (1984 – 1989) ao posto de primeiro-ministro, a lógica de administração econômica indiana muda significativamente, marcando o início das reformas liberalizantes que atacaram o controle doméstico da produção e do investimento e o controle do comércio externo, além da implementação de incentivos às exportações.

Esse momento de abertura econômica nos dois países pode ser entendido como um ponto de inflexão nas suas respectivas políticas econômicas e de comércio exterior, marcando uma mudança nas suas lógicas de inserção no sistema internacional. A partir daí, é possível observar um movimento de aproximação entre os mesmos. Os esforços neste sentido devem ser entendidos tanto como frutos da conjuntura internacional – com o fim da Guerra Fria, a ascensão de correntes neoliberais e a emergência do Sul global – quanto das conjunturas internas dos dois países.

Quanto à hipótese central deste trabalho, de que houve uma aproximação nas relações bilaterais entre Brasil e Índia, especialmente no âmbito comercial, após suas respectivas

aberturas econômicas, é possível afirmar que ela se verifica em parte. O movimento de aproximação entre os dois países, apesar de deliberado, foi bastante lento e gradual, acentuando-se a partir de 2003; entretanto, a maior proximidade se dá no campo político-diplomático, com a criação de fóruns como o IBAS e o BRICS, além da articulação nas rodadas da OMC, onde Brasil e Índia atuaram como lideranças a frente dos países subdesenvolvidos. O comércio entre os dois países, ainda que mostre uma tendência de crescimento ao longo das décadas de 1990 e 2000, não atingiu resultados tão significativos quanto aqueles no âmbito político.

Além disso, a proximidade entre Brasil e Índia proporcionada a partir de 2003, com a articulação do IBAS e do G20 na OMC, teve uma influência direta na corrente de comércio entre os dois países – ou seja, a intensificação das relações comerciais indo-brasileiras é um subproduto da cooperação bilateral e das iniciativas de integração multilaterais que envolvem os dois países. A partir dessas percepções, é possível afirmar que os laços comerciais entre Brasil e Índia são bastante tênues quando comparados aos avanços políticos e diplomáticos logrados ao longo do período estudado.

No que tange à hipótese específica de que a aproximação nas relações comerciais entre Brasil e Índia pós 1990 se deve a uma mudança no paradigma de inserção internacional dos dois países, pautada pela ascensão de modelos neoliberais seguindo os preceitos do Consenso de Washington, também se percebe que ela é parcialmente verificada. Ainda que a liberalização das duas economias e abertura ao capital e ao comércio internacional tenham sido essenciais para uma nova forma de inserção internacional e consequente relacionamento indo-brasileiro, bem como as mudanças no contexto mundial, o aumento do comércio entre os dois países é produto direto das iniciativas de cooperação político-diplomática.

Assim, o relacionamento entre Brasil e Índia teve um aprofundamento significativo a partir das suas aberturas econômicas, especialmente nos últimos dez anos, quando se observaram os maiores fluxos de comércio entre os dois países e a articulação de grupos multilaterais como o IBAS, o G20 e o BRICS. Estes diversos fóruns, além do intensificado contato bilateral entre os dois países, permitem inferir que muitos avanços ainda podem ser feitos com o objetivo de consolidar este relacionamento. Inseridas no contexto de emergência de cooperação Sul-Sul, as relações indo-brasileiras demonstram ter potencial para se aprofundar ainda mais no futuro, tanto no âmbito comercial quanto no que se refere à cooperação política e diplomática.

REFERÊNCIAS

AHLUWALIA, Montek S. **India's Economic Reforms**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1995.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Papel dos BRICs na Economia Mundial. **Comércio e Negociações Internacionais para Jornalistas**, Rio de Janeiro, p. 57-65, 2009.

AVERBUG, Marcello. Plano Cruzado: crônica de uma experiência. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, 2005.

BAER, Werner. A Retomada da Inflação no Brasil: 1974-1986. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 29-72, 1987.

BARBOSA, Marcel Jaroski. **Crescimento Econômico da Índia Antes e Depois das Reformas de 1985/1993**. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Alice Web**. 2014. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunicado Conjunto Brasil – Índia**. 21/10/2003. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/10/21/comunicado-conjunto-brasil-india-nova-delhi-21-de>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BUENO, Adriana. Os Três Pilares Institucionais do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS): coordenação política, cooperação setorial e Fundo IBAS. In: CONGRESSO DO CONSELHO EUROPEU DE PESQUISAS SOCIAIS SOBRE AMÉRICA LATINA (CEISAL), 6., 2010, Toulouse, França. **Independências-Dependências-Interdependências**, 2010.

CARVALHO, Carlos Eduardo. As Origens e a Gênese do Plano Collor. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 101-134, 2006.

_____. O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção. **Economia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 283-331, 2003.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

COSTA, Karen Fernandez. Reformas liberalizantes nos países periféricos: estruturas, atores e processos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 223-229, 2008.

FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 141-156, 2010.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. O Estado e Suas Razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 28-46, 2008.

FONSECA, Renato; AZEVEDO, Marcelo S.; VELLOSO, Edson. **O Potencial de Comércio entre Brasil e Índia**: um exame com base nas estruturas de vantagem comparativa. Brasília: CNI, 2005.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, Neoliberalismo e Abertura Econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 13, n. 1 (21), 2002.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **A Rodada Uruguai do GATT (1986-1994) e a Política Externa Brasileira**: acordos assimétricos, coerção e coalizações. 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2005.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia**: uma contribuição ao estudo da política internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

KUME, Honório; PIANI, Guida; MIRANDA, Pedro. Índia-Mercosul: perspectivas de um acordo de preferências comerciais. **Texto para Discussão**: IPEA, n. 1120, Rio de Janeiro, 2005.

LOPES, Francisco L. Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação: notas e conjecturas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 05, n. 02, p. 131-151, 1985.

MANCUSO, Wagner Pralon; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Abertura Econômica, Empresariado e Política: os planos doméstico e internacional. **Lua Nova**, São Paulo, v. 69, p. 147-172, 2006.

MARQUES, Rosa M. O Plano Cruzado: teoria e prática. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 08, n. 03, p. 101-130, 1988.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MIRANDA, José Carlos. Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na Década de 1990. **Texto para Discussão**: IPEA, Brasília, n. 829, 2001.

MOREIRA, Mauricio Mesquita; CORREA, Paulo Guilherme. Abertura Comercial e Indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 61-91, 1997.

NASSIF, André. A Economia Indiana no Período 1950-2004: da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil? **Texto para Discussão**: BNDES, Rio de Janeiro, n. 107, 2006.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel de. Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n.2, p. 465-504, 2006.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Alianças e Coalizões Internacionais do Governo Lula: o Ibas e o G-20. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 55-69, 2005.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. Índia: do Não Alinhamento à Condição de Potência Emergente. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 48, 2011.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Crise na América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal?. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; NAKANO, Yoshiaki. Hiperinflação e Estabilização no Brasil: o primeiro Plano Collor. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 44, 1991.

PORTER, Michael E. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. BRICS: surgimento e evolução. In: BAUMANN, Renato (Org.). **O Brasil e os BRICS**. Brasília: FUNAG, 2012. p. 31-49.

RESENDE, André Lara. A Moeda Indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 130-134, 1985.

SAHNI, Varun. India and Latin America. In: MANSINGH, Lalit et al. (Org.). **Indian Foreign Policy: Agenda for the 21st Century**. New Delhi: Konark, 1997. Volume 2.

SALLUM JÚNIOR, Brasílio. Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. **Revista Dados**, São Paulo, v. 54, n. 1, 2011.

SAMUELSON, Paul A. International trade and the equalisation of factor prices. **The Economic Journal**, London, v. 58, n. 230, p. 163-184, 1948.

SARAIVA, Miriam Gomes. As Estratégias de Cooperação Sul-Sul nos Marcos da Política Externa Brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 42-59, 2007.

SCHATZMANN, Samira. **Inserção Internacional e Desenvolvimento Econômico em Países Emergentes: o caso da Índia**. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, Luís Inácio Lula da. **Discurso na solenidade de abertura do Encontro “Brasil – Índia – Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas e Possibilidades**. Nova Delhi, 2004. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/divulg/documentacao-diplomatica/publicacoes/resenha-de-politica-exterior-do-brasil/resenhas/resenha-n94-1sem-2004>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

_____. Índia-Brasil-África do Sul: o fórum que veio para ficar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 out. 2007. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/0465367928399-artigo-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva/?searchterm=desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel%20%C3%ADndia>>. Acesso em: 02 nov. 2014

SILVEIRA, Liana Martins. **O Sistema Internacional de Patentes e o Acordo TRIPs: teoria econômica e análise empírica**. 2011. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SIMÃO, Ana Regina Falkembach. As Relações Bilaterais Brasil-Índia: um estudo das perspectivas de aproximação e de distanciamento (2003-2010). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ABRI), 3., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABRI, 2011.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STUENKEL, Oliver. The Case for Stronger Brazil-India Relations. **Indian Foreign Affairs Journal**, New Delhi, v.5, n. 3, p. 290-304, 2010.

VELASCO, Sebastião. Reformas Econômicas na Índia: discurso e processo. **Economia Política Internacional: Análise Estratégica**, Campinas, n. 7, p. 32-43, 2005.

VIEIRA, Maíra Baé Baladão. **Relações Brasil-Índia (1991-2006)**. 2007. 227 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O G-3 e o G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais. **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**, Porto Alegre, v. 2, 2006.

WILLIAMSON, John (Ed.). **Latin American Adjustment: how much has happened?** Washington: Institute for International Economics, 1990.